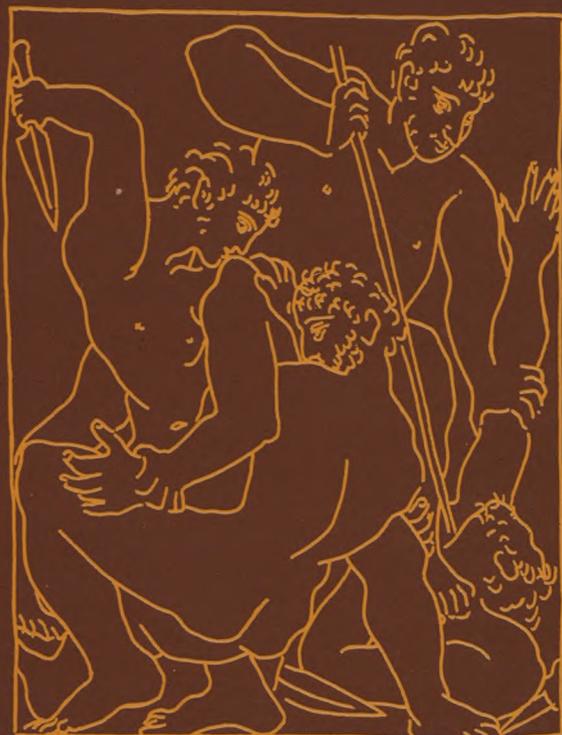


REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 7

REVOLTAS e REVOLUÇÕES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1985

ISABEL NOBRE VARGUES *

INSURREIÇÕES E REVOLTAS EM PORTUGAL (1801-1851)

SUBSÍDIOS PARA UMA CRONOLOGIA E BIBLIOGRAFIA

Tal como o título sugere pretendemos com estas breves notas fornecer um instrumento de trabalho que julgamos ser útil a quem se debruce quer sobre o estudo da história portuguesa no século XIX, quer sobre o estudo da revolução liberal.

Tentaremos definir os vários momentos de revolta (por exemplo, pronunciamentos, motins, conspirações, golpes de Estado, guerrilhas, etc.) que aconteceram na primeira metade do século XIX segundo uma ordem cronológica a que anexaremos alguns elementos bibliográficos. É uma intenção modesta a nossa, pois, o tema requer um tratamento certamente mais exaustivo, o que por ora não é nosso intuito, assim como também não podemos afirmar ter esgotado a bibliografia que é vastíssima. Muito haverá ainda a explorar num levantamento desta natureza sobretudo ao nível das fontes, quer junto dos arquivos, autarquias e bibliotecas municipais, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, quer por uma leitura mais cuidada dos jornais e revistas que se publicaram em Portugal, fundamentalmente a partir de 1820. Consideramos no entanto que o material já recolhido nos permite apresentar nas páginas que se seguem uma resenha cronológica dos movimentos revolucionários em Portugal e respectiva bibliografia.

Um reparo queremos desde já expressar: é que tratámos exclusivamente dos movimentos de revolta no Portugal continental — aos quais anexámos, por nos parecer de interesse, outras notas sobre batalhões nacionais e académicos, guerrilhas, conflitos estudantis e religiosos. De fora ficaram os movimentos independentistas do Brasil e os movimentos pela *

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Revoltas e Revoluções

instauração do liberalismo nas colónias do «Reino Unido» português. E também ficaram de fora desta cronologia os movimentos de camponeses em luta contra o regime senhorial na instauração da sociedade liberal portuguesa, excepção feita à revolta camponesa da Maria da Fonte 0). Quais foram os movimentos de revolta na primeira metade do século XIX? O que significaram politicamente? Como foram interpretados? Poder-se-á falar numa tipologia da revolução liberal portuguesa? E numa geografia da revolução? Não é uma resposta a estas questões o que pretendemos com esta cronologia, mas sim que ela contribua como ponto de partida para esses ou outros estudos.

Como se verá de 1801 até 1851 os conflitos em presença são essencialmente de carácter político-militar; a chefia-los encontramos quase sempre o militar e/ou o político, algumas vezes o religioso e poucas, raras vezes, o elemento popular — as camadas populares quase sempre estão ausentes ou, quando muito assistem ou são arrastadas a uma participação efectiva. Estamos perante conflitos de poder entre dois modelos políticos (o absoluto e o liberal) — que se desenrolam em torno de cinco personagens reais (D. João VI, D. Carlota Joaquina, D. Pedro, D. Miguel e D. Maria II), de alguns chefes militares (Sepúlveda, Saldanha, etc.) e de alguns personagens carismáticos (Remexido, Maria da Fonte, por exemplo) — a que as pressões internacionais da Santa Aliança (Rússia, Áustria, Prússia, Inglaterra, França), da Espanha e da América não foram estranhas.

Os seus principais momentos agrupam-se em duas áreas que definimos: a da revolução política (1808, 1820, 1836, 1846 e 1851) e a da revolução dinástica (guerra civil de 1826 a 1834 ou as lutas entre D. Pedro e D. Miguel, e a legitimidade de D. Maria II, isto é, «a questão portuguesa» como na altura foi classificada).

O Os movimentos de luta iniciados por camponeses têm sido objecto de análise e estudo essencialmente por parte de José Manuel Tengarrinha. Cf. «Movimentos camponeses em Portugal na transição do Antigo Regime para a sociedade liberal», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2.º vol., Lisboa, 1981; *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1983. Aliás, sobre o tema, poderão ser consultados também alguns trabalhos localizados: Nuno Gonçalves Monteiro, «Lavradores, frádes e forais. Revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça (1820-1834)», *Ler História*, 4, 1985; Maria Alexandra Lousada e N. Gonçalo Monteiro, «Revoltas absolutistas e movimentos camponeses no Norte (1826-1827). Algumas notas», in *O Liberalismo na Península Ibérica... cit. e João Lourenço Roque, Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo*, vol. I, t. II, Coimbra, 1982.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Para o estudo inicial e genérico desses movimentos de revolta em Portugal na primeira metade do séc. XIX apresentamos de seguida uma orientação bibliográfica que, não sendo exaustiva, apenas pretende iniciar o leitor na temática. Outra bibliografia mais especializada será indicada ao longo do trabalho.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

1. FONTES

1.1. *Fontes manuscritas*

Tal como afirmámos nas palavras introdutórias, cremos que junto dos arquivos, câmaras e bibliotecas municipais do país se encontra um importante acervo documental que, salvo raras excepções, não tem sido investigado sistematicamente. (Veja-se, no entanto, *Subsídios para a bibliografia da história local portuguesa*, B. Nacional de Lisboa, 1933). Outro núcleo documental manuscrito existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pode ser procurado particularmente nas rubricas «Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça», «Ministério do Reino», «Intendência Geral da Polícia». (Consulte-se sobre este Arquivo e a sua documentação o *Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea — Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, 2 vols., coord. de Joel Serrão, Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984).

1.2. *Fontes impressas*

1.2.1. *Jornais e Revistas*

Na imprensa Oitocentista tiveram grande eco as transformações político-sociais portuguesas, além de que ela própria contribuiu com grande quota-parte nessa mudança. Consulte-se fundamentalmente:

Alves, Luís Augusto Marques — «Subsídios para a história da imprensa em Portugal», *Cadernos de Estudos Contemporâneos*, 1, Porto, 1983.

Boisvert, Georges — «Le Comte de Palmeia et la presse portugaise libre (1816-1820), d'après des documents diplomatiques inédits», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, Paris, 1971.

Cunha, Alfredo da — *Elementos para a historia da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*, Lisboa, 1941.

Diccionario Jornalístico Portuguez (13 vols, manuscritos existentes na Academia das Ciências). Ver sobre esta obra: Tengarrinha, José Manuel — «Urna importante obra inédita sobre o jorna-

Revoltas e Revoluções

- lismo português», *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, IV, 1963.
- Gomes, J. A. Marques — *O Conimbricense e a história contemporânea*, Aveiro, 1897.
- Martins, Rocha — *Pequena história da imprensa portuguesa*, Lisboa, 1940.
- Melo, Maria Cândida Caldeira S. G. de Sampaio — *O pensamento contra-revolucionário na imprensa portuguesa (1823-1854)*, dissert. de lic., Coimbra, 1967.
- Pereira, A. Xavier da Silva — *O jornalismo português*, Lisboa, 1896.
- Pereira, A. Xavier da Silva — *Os jornais portugueses, sua filiação e metamorfoses*, Lisboa, 1897.
- Ribeiro, José Maria do Casal — *A Imprensa e o Conde de Tomar*, Lisboa, 1850.
- Ribeiro, Maria Manuela — «Subsídios para a história da liberdade de imprensa. Meados do século XIX», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VI, 1984.
- Tengarrinha, José M. — *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, 1965.
- Torgal, Luís Reis — «A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo liberal vintista», in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2.º vol., Lisboa, 1981.

Encontram-se também estudos muito importantes sobre o tema dos movimentos revolucionários em Portugal, que incluem por vezes a publicação de documentos, nalgumas revistas como é o caso do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. (Ver o seu índice geral).

1.2.2. Memórias

- Abrantes, Duquesa de (Laura Permon) — *Mémoires de...*, 2 vols., Paris, s. d.
- Abrantes, Duquesa de (Laura Permon) — *Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal de 1808 a 1811*, Paris, 1837.
- Almeida, Francisco José d' — *Apontamentos da vida de um homem obscuro*, s. 1., 1879; edição recente com pref., fixação do texto e notas de Fernando Antonio Almeida, Lisboa, 1985.
- Alves, A. Lobo — *Subsídios para a historia do constitucionalismo: excerptos do Diário d'um liberal Agostinho Luiz Alves*, Porto, s. d.
- Avelar, José d' (ou José Alexandrino de) — *Alguns factos da vida de um liberal obscuro*, Lisboa, 1875.
- Azeredo, Francisco de Paula de — *Apontamentos biographicos de...*, Porto, 1866.
- Bandeira, Sá da — *Diário da Guerra Civil*, 2 vols., Lisboa, 1975-1976, (recolha, pref. e notas de José Manuel Tengarrinha).
- Barreto, D. José Trazimundo Mascarenhas — *Memórias do Marquês da Fronteira e Alorna...*, rev. e coord. por Ernesto de Campos de Andrada, 5 vols., Coimbra, 1928-1932.
- Camota, Conde da — *Memoirs of Field-Marechal the Duke of Saldanha*, 2 vols., London, 1880.
- Carvalho, José Liberato Freire de — *Memórias da vida de...*, Lisboa, 1982 (1.ª ed. 1855). Introdução de João Carlos Alvim
- Costa, Francisco de Paula Ferreira — *Memórias de um miguelista (1833-1834)*. Pref., transcrição e notas de João Palma-Ferreira Lisboa, 1982.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Dubraz, João — *Recordações dos Últimos Quarenta Anos*, Lisboa, 1869.
- Foy, General — *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoléon précédé d'un tableau politique et militaire des puissances belligerantes*, 4 tomos, Paris, 1828.
- [Gouveia, João Cândido Baptista de] — *Polícia secreta dos últimos tempos do reinado do senhor D. João VI e sua continuação até Dezembro de 1826*, Lisboa, 1835.
- [Gouveia, João Cândido Baptista de] — «Polícia secreta no tempo dos Cabrais», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 17, Vila Nova de Famalicão, 1947.
- Junot — «Diário de...» publicado em Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães — *Historia organica e politica do exercito português* — Provas, vol. 12, Coimbra, 1916.
- Lemercier Anatole — «Mémoires du Baron... sur un voyage au Portugal, 1846». Estudo introd. de Maria de Fátima Sá, *Ler História*, 3, 1984.
- Lichnovski, Principe — *Portugal. Recordações no anno de 1842 pelo...*, Lisboa, 1844.
- Lima, Augusto C. Pires de — «Diário de um soldado miguelista», *Revista de Historia*, Lisboa, 1964.
- Lopes, João Baptista da Silva — *Istoria do captiveiro dos prezos d'Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa*, 4 tomos, Lisboa, 1833.
- Los Ríos, A. Fernando de — *Mi mission en Portugal — Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris, s. d.
- Macedo, Antonio Teixeira de — *Traços de historia contemporânea, 1846-1847*, Lisboa, 1984. Fixação e rev. do texto de Fernando Marques da Costa, (1.^a ed.: 1880).
- Morato, Francisco Manuel Trigoso de Aragão — *Memorias de...*, (1777 a 1826), rev. e coord, por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, 1933.
- Napier, Carlos — *Guerra da sucessão em Portugal pelo almirante...* (Trad. port, de Manuel Joaquim Pedro Codina), Lisboa, 1841.
- Neuville, Hyde de — *Mémoires et souvenirs du baron...*, 2 vols., Paris, 1894-1912.
- Owen, Hugh — *O cerco do Porto contado por uma testemunha*, Porto, 1920.
- Pato, Bulhão — *Memórias*, 3 vols., Lisboa, 1894-1897.
- Pechio, Joseph — *Lettres historiques et politiques sur le Portugal*, Paris, s. d.
- Pizarro, Rodrigo Pinto — «Diario ou Jornal de...», *O Conimbricense*, 1902, n.ºs 5658, 5659, 5661 a 5667; 5669 a 5678, 5680 a 5689; 5691 a 5699.
- Portugal, D. Francisco de Almeida — *Memórias do Conde do Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá*, rev. e coord, por Ernesto de Campos de Andrada, 5 vols., Coimbra, 1932 a 1938.
- Ratton, Jacome — *Recordações de... sobre occurrentas do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sessenta e tres annos e meio, alias de maio 1747 a setembro de 1810, que rezidio em Lisboa acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas para informaçoens de seus proprios filhos. Com documentos no fim*, Londres, 1813.
- Rivara, Joaquim Heliodoro da Cunha — *Memórias biográficas*, Coimbra, 1929.
- Saraiva, António Ribeiro — *Diário de...*, 2 vols., Lisboa, 1917.

Revoltas e Revoluções

- Silva, Francisco Gomes da — *Memórias*, Londres, 1831 (Rio de Janeiro, 1839).
- Silveira, Mouzinho da — «Memória acerca do restabelecimento da Carta Constitucional e do trono de D. Maria II», Introdução de Miriam Halpern Pereira, *Ler História*, 2, 1983.
- Thiébauld, Baron de — *Mémoires du General...*, Paris, 1908-1910.
- Young, William — *Portugal in 1828: comprising sketches of the state of society in that country under D. Miguel*, London, 1828. (Trad, francesa de 1830).

1.2.3. *Algumas biografias*

- Araújo, Francisco Duarte de Almeida — *Biografia de Dom Miguel de Bragança*, Lisboa, 1870.
- Araújo, Francisco Duarte de Almeida — *Biografia de Dom Pedro Quarto*, Lisboa, 1870.
- Azevedo, Rafael Ávila de — *O Conde de Suberra*, Angra do Heroísmo, 1981.
- Boisvert, Georges — *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Paris, 1982.
- Branco, Camilo Castelo — *Maria da Fonte*, Porto, 1884.
- Carvalho, Maria Amália Vaz de — *Vida do duque de Palmeia, D. Pedro de Souza e Holstein*, 3 vols., Lisboa, 1898-1903.
- Chaby, Claudio Pereira de — *Apontamentos biográficos de S. M. Imperial o Senhor D. Pedro IV, duque de Bragança*, Lisboa, 1864.
- Costa, António da — *História do Marechal Saldanha*, Lisboa, 1879.
- Ferrão, J. M. Dias — *João Brandão*, Porto, 1928.
- G. X. S. (Luís do Rego Barreto?) — *Elogio historico de Luiz do Rego Barreto*, Coimbra, 1822.
- Galvão, Manuel de Bettencourt e — *Dom Miguel e o seu tempo*, Lisboa, 1943.
- Galvão, Manuel de Bettencourt e — *O Duque de Bragança*, Lisboa, 1945.
- Garção, António — *O Dr. José Maria Grande*, Portalegre, 1950.
- Gomes, J. A. Marques — *Aveiro. Berço da Liberdade, o Coronel Jeronimo de Moraes Sarmiento*, Porto, 1899.
- Lemos, Esther de — *D. Maria II, a rainha e a mulher*, Lisboa, 1954.
- Lemos, Francisco José de Oliveira — *Breve noticia biographica sobre o finado José da Silva Ramos*, Porto, 1864.
- Lima, J. Magalhães — *José Estevão*, Aveiro, 1928.
- Machado, Francisco Soares de Lacerda — *O tenente-general Conde de Avilez (1785-1845)*, Gaia, 1931-1933.
- Noronha, Eduardo de — *O Remexido*, 2 vols., Porto, 1922.
- Oberacker — *A imperatriz Leopoldina. Sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia*, Rio de Janeiro, 1973.
- Oliveira, Jacinto Augusto de Freitas — *José Estevão. Esboço histórico*, Lisboa, 1863.
- Pimenta, Belisário — *O Marechal Saldanha, sua vida militar, suas ideias e métodos*, 3 vols., Coimbra, 1957.
- Pimentel, Júlio Máximo de Oliveira — *Memorial biographico de um militar illustre. O general Claudino Pimentel por...*, Lisboa, 1884.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Presas, D. José — *Memorias sobre Carlota Joaquina*, Rio de Janeiro, 1940.
- Preto, Júlio Manso — *Manuel da Silva Passos. Noticia biographica: ao partido liberal*, Lisboa, 1874.
- Resumo historico da vida e tragico fim de Agostinho José Freire*, Lisboa, 1837.
- Santos, Clemente José dos — *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, 3 vols., Porto, 1892.
- Silva, Luís Augusto Rebelo da — *Varões illustres das tres epochas constitucionaes: collecção de esboços e estudos biographicos*, Lisboa, 1870.
- Soriano, Simão José da Luz — *Vida do Marquês de Sá da Bandeira; e reminiscencias de alguns sucessos mais notáveis que durante ella tiveram logar em Portugal*, 2 tomos, Lisboa, 1887 e 1888.
- Vasconcelos, A. 'Teixeira de — *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, 1859.
- Ventura, A. — *D. Francisco Bravo - uma figura polémica das guerras liberais*, Portalegre, 1982.
- Viana, António — *José da Silva Carvalho e o seu tempo*, 3 vols., Porto, 1891-1894.
- Viana, José da Silveira — *Notas biographicas de José Nunes da Silveira e subsidios por catorze anos de historia patria: 1820-1833*, Lisboa, 1901.

1.2.4. *Documentos, colecções de leis e jornais officiais*

- Collecção dos decretos, ordens e resoluções das Cortes, decretos d'el-rei, cartas regias, portarias dos governos, officios, provisões, editaes, pautas das alfandegas, regulamentos para a administração das secretarias*, t. I, Lisboa, 1822.
- Correspondência do 2.º Visconde de Santarém*, 8 vols., Lisboa, 1918-1919.
- Diario da Camara dos senhores deputados*, 1.ª leg., Lisboa, 1827-1828.
- Diario da Camara dos senhores deputados*, 2.ª leg., Lisboa, 1835-1836.
- Diario das Cortes Geraes Extraordinarias da Nação Portuguesa*, 1.ª leg., 7 vols., Lisboa, 1821-1822. Continuada em *Diario das Cortes da Nação Portuguesa*, 2.ª leg., Lisboa, 1822-1823.
- Pereira, Vital Prudêncio Alves — *Collecção das ordens do exército desde 1809 até 1858*, 4 tomos, Lisboa, 1859-1861.
- Praça, José Joaquim Lopes — *Colecção de leis e subsidios para o estudo do direito constitucional português*, 2 vols., Coimbra, 1893.
- Ribeiro, Thomaz — *Historia da legislação liberal portuguesa*, 2 tomos, Lisboa, 1891-1892.
- Santos Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portuguesa*, 7 vols., Lisboa, 1883-1891.
- Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães — *Historia organica e politica do exercito portuguez*, vols. 10 a 13 e 17, Lisboa, 1903-1932.
- Silva, Antonio Delgado da — *Collecção da Legislação Portuguesa pelo Desembargador...*, vols. IV a VI.
- Silva, José Justino Andrade e — *Repertorio geral ou indice alfabético e remissivo de toda a legislação portugueza publicada desde o ano de 1815 até ao de 1849*, 2 vols., Lisboa, 1850.

Revoltas e Revoluções

2. OBRAS DE PESQUISA

2.1. *Bibliografias*

- Aranha, Pedro Venceslau de Brito — «A Conspiração de 1817». (Bibliografia), in *Nota acerca das invasões francesas em Portugal*, Lisboa, 1909.
- Aranha, Pedro Venceslau de Brito — «Relação de obras de autores estrangeiros que tratam da guerra peninsular», in *Nota acerca das invasões... cit.*
- Bettencourt, Cardoso de — *Catalogo das obras referentes à guerra da Peninsula*, Lisboa, 1910.
- Canto, Ernesto do — *Ensaio bibliográfico das obras nacionais e estrangeiras relativas aos sucessos de Portugal nos anos de 1828-1834*, Ponta Delgada, 1888; outra ed. em 1892.
- Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Diccionario Bibliográfico Militar Portuguez*, Lisboa, 1891.
- Faria, António de Portugal de — *A lucta de 1828-1834. Tentativa de auxiliar biblio graphico*, Leorne, 1897.
- Figanière, Jorge César de — *Bibliographia historica portugueza... por...*, Lisboa, 1850.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — «Maria da Fonte. Bibliografia», *Boletim do Arquivo Historico Militar*, 19, 1949.
- Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães — *Diccionario Bibliográfico da Guerra Peninsular*, 3 vols, e supl., Coimbra, 1924-26.

2.2. *Cronologias*

- Azevedo, Joaquim — «Esboço de cronologia de história da Igreja em Portugal (1820-1910)», *Estudos Contemporâneos*, n.º 0, Porto, 1979.
- Gorjão, João Damásio Roussado — *Os portuguezes e os factos. Exposição historico-cronológica*, Londres, 1833.
- Melo, Joaquim Lopes Carreira de — *Historia cronológica de Portugal*, Lisboa, 1868.
- Pires, António Machado — *O século XIX em Portugal. Cronologia e Quadro de gerações*, Amadora, 1975.
- Sá, Victor de — *Época Contemporânea portuguesa I. Notas e esquemas para o seu estudo. Cronologias e bibliografias*, Lisboa, 1981.
- Serrão, Joel — *Cronologia geral da história de Portugal*, Lisboa, 1975.

2.3. *Catálogos*

- Azenha, Maria do Rosário e Coimbra, Maria Natércia — *Revoltas e Revoluções. Catálogo da Exposição. (Publicado neste mesmo número da Revista).*
- Cunha, Xavier — *Exposição biblio-iconografica da B. N. L. no centenário da guerra peninsular*, Coimbra, 1910.
- Índice Ideográfico do Conimbricense*, Coimbra, 1953.
- Manuel Fernandes Tomás, Exposição, Figueira da Foz, 1953.
- O 24 de Julho e a guerra civil de 1829-1834*, B. N. de Lisboa, 1983.

Insurreições e Revoltas em Portugal

2.4. *Algumas Histórias de Portugal*

- Almeida, Fortunato de — *História de Portugal*, tomos 5 e 6, Coimbra, 1922.
- Araújo, Francisco Duarte de Almeida — *Historia de Portugal desde os tempos primitivos até a fundação da monarquia e desta época até hoje*, Lisboa, 1852.
- Chagas, M. Pinheiro — *Historia de Portugal popular e ilustrada*, vols. 7 a 10, Lisboa, 1902-1904.
- Coelho, José Maria Latino Coelho — *Historia Militar e Política de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, 3 vols., Lisboa, 1885-1917.
- Feio, José Victorino Barreto — *Histoire de Portugal, comprenant les notices géographiques, topographiques, statistiques, administratives, commerciales de ce royaume*, Paris, 1833.
- Historia de El Rei D. João VI...*, por S. L., Lisboa, 1866.
- Historia de Portugal*, dir. por Damião Peres, Edição de Barcelos, vol. VII.
- Marques, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, 1977.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira — *História de Portugal*, Guimarães, 1973.
- Monteiro, José Maria de Sousa — *História de Portugal desde o reinado da Senhora D. Maria primeira até á Convenção d'Évora-Monte*, 5 vols., Lisboa, 1838.
- Schaefer, Henrique — *História de Portugal. Desde 1820 até 1910*, 6 vols., Porto, s. d.
- Serrão, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vols. 7 e 8, Lisboa, 1984.

2.5. *Alguns dicionários*

- Diccionario Bibliographico Portuguez*, de I. Francisco da Silva e B. Aranha, 22 vols., Lisboa, 1850-1923.
- Diccionario de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, 6 vols., Lisboa, s. d. (1975).
- Diccionario Popular, historico, geographico, mythologico, biographico, artístico, bibliographico e literario*, dir. por M. Pinheiro Chagas, 16 vols., Lisboa, 1876-1890.
- Portugal, Diccionario historico, chorographico, heráldico, biographico, numismático e artístico*, por Este ves Pereira e Guilherme Rodrigues, 7 vols., Lisboa, 1904-1915.

3. **ALGUNS ESTUDOS SOBRE A SOCIEDADE PORTUGUESA E OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX (2)**

- Alviella, E. Goblet d' — *Vétablissement des Cobourg en Portugal. Étude sur les débuts d'une monarchie constitutionnelle*, Paris, 1869.

C2) Ao longo do trabalho é indicada outra bibliografia específica mas que não dispensa a que agora se apresenta genericamente. Vejam-se também alguns artigos incluídos neste número da Revista.

Revoltas e Revoluções

- Araújo, Francisco Duarte de Almeida e — *Chronica da rainha a senhora D. Maria II compreendendo os documentos do seu reinado de direito e de facto desde 2 de Maio de 1826 até 15 de Novembro de 1853*, 3 vols., Lisboa, 1857 a 1861.
- Arriaga, José d' — *Historia da Revolução Portuguesa de 1820*, 4 vols., Porto, 1886 a 1889.
- Arriaga, José d' — *Historia da Revolução de Setembro*, 3 vols., Lisboa, s. d.
- Arriaga, José d' — *A política conservadora e as modernas alianças dos partidos políticos portugueses. Estudos historicos por...*, Paris, 1832.
- Balbi, Adrien — *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve; comparé aux autres états de VEurope*, 2 vols., Paris, 1822.
- Baptista, Antonio Maria — *Uma década de história contemporânea, 1838-1848*, Lisboa, 1888.
- Berardo, José de Oliveira — *Revista historica de Portugal desde a morte de D. João VI até o fallecimento do imperador D. Pedro*, Porto, 1846.
- Cabral, Francisco Alberto da Costa — *Notas de um bibliófilo. I. — Liberais e absolutistas. Antecedentes de urna polémica sangrenta*, Lisboa, 1932.
- Cabral, M. Villaverde — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, 1976.
- Cardoso, A. M. Monteiro — «Notas para o estudo das lutas liberais no distrito de Bragança (1820-1834)», *Brigantia*, n.ºs 3 e 4, 1983.
- Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Subsidios para a história dos regimentos de infantaria e cavalaria do exército portuguez*, Coimbra, 1888.
- Claro, António — *O Pelourinho. Crítica da nossa história politica desde 1817 a 1904*, Porto, 1904.
- Cunha, J. G. de Barros e — *Historia da liberdade em Portugal*, Lisboa, 1869.
- Daun, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e — *Quadro historico-político dos acontecimentos mais memoráveis da historia de Portugal: desde a invasão dos franceses no anno de 1807 athe á exaltação de sua magestade*, Lisboa, 1829.
- Dória, A. Alvaro — *Movimentos políticos do Porto no século XIX*, Porto, 1963.
- Esteves, João Nunes — *Historia das revoluções portuguezas*, Lisboa, 1844.
- Ferreira, Martins — *História do exército português*, Lisboa, 1945.
- Galego, Francisco Pereira — «Campo Maior. Reflexos locais da implantação do liberalismo», *História e Sociedade*, n.ºs 2-3, Lisboa, 1979.
- Godechot, Jacques — «Le Portugal et la Révolution (1789-1814)», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 7, Paris, 1973.
- Godinho, Vitorino Magalhães — *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, 1975.
- Gomes, J. A. Marques — *Luctas caseiras. Portugal de 1834 a 1851*, t. I, Lisboa, 1894.
- Lasteyrie, Júlio de — *Portugal depois da revolução de 1820*, Lisboa, 1841.
- O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2 vols., Lisboa, 1982.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- O liberalismo: a revolução burguesa em Portugal* (mesa-redonda coordenada pela revista *História e Crítica* e em que participaram, José Manuel Sobral, Maria Alexandre Lousada e Maria Helena Carvalho dos Santos), *História e Crítica*, 10, 1983.
- Lourenço, Eduardo — *Os militares e o poder*, Lisboa, 1975.
- Macedo, Jorge Borges de — *O Bloqueio Continental; economia e guerra peninsular*, Lisboa, 1962.
- Macedo, Jorge Borges de — «Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa (1820-1836)», *Revista Portuguesa de História*, 17, Coimbra, 1977.
- Maia, Fernando da Costa — *Subsídios para a história militar de Portugal*, Lisboa, 1891.
- Marques, Fernando Pereira — *Exército e Sociedade em Portugal. No declínio do Antigo Regime e advento do liberalismo*, Lisboa, 1981.
- Martins, Joaquim Pedro de Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Lisboa, 1976.
- Moura, Carneiro de — *O século XIX em Portugal*, Lisboa, 1902.
- Pereira, Miriam Halpern — *Revolução, Finanças, Dependência Externa*, Lisboa, 1979.
- Pimentel, Alberto — *A última Corte do absolutismo em Portugal*, Lisboa, 1893.
- Pimentel, António de Serpa — *Portugal moderno: a queda do antigo regime: 1820 até 1834*, Lisboa, 1896.
- Sá, Victor de — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, 1974.
- Sá, Victor de — *Perspectivas do século XIX*, s. 1., 1975.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos — «Sobre os intelectuais portugueses no século XIX do Vintismo à Regeneração», in *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, 1983.
- Sarmento, José Estevão de Moraes — *Revolta e Rebelião*, Porto, 1891.
- Seco, António Luís de Sousa Henriques — *Memórias do tempo passado e presente para lição dos vindouros*, 2 vols., Coimbra, 1880-1889.
- «O século XIX em Portugal», *Análise Social*, n.ºs 61-62, 1980.
- Serrão, Joel — *Temas Oitocentistas*, 2 vols., Lisboa, 1959-1962.
- Silbert, Albert — *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972.
- Silva, João António dos Santos e — *Revista histórica e política de Portugal desde o ministério do Marquez de Pombal até 1842*, Coimbra, 1852.
- Soriano, Simão José da Luz — *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, 19 vols., Lisboa, 1866-1881.
- Soriano, Simão José da Luz — *História do Cerco do Porto*, 2 vols., Lisboa, 1846.
- Tengarrinha, José Manuel — *Estudos de história contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1983.
- Tengarrinha, José Manuel — *O liberalismo português no século XIX*, Lisboa, 1981.
- Viana, António — *Apontamentos para a história diplomática contemporânea*, 4 vols.: *Introdução aos Apontamentos... 1789-1815*, Lisboa, 1907; I — *A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, Lisboa, 1901; II — *A Emancipação do Brasil*, Lisboa, 1922 e III — *A Carta e a Reacção*, Lisboa 1958.
- Vogel, Charles — *Le Portugal et ses colonies*, Paris, 1860.

1801

Guerra das Laranjas (3) — Conflito directo entre Portugal e Espanha que teve lugar entre Março e Junho de 1801 em resultado da anterior «guerra velha» e da não aceitação, pelo regente D. João, de determinadas condições que a política internacional (planeada entre Inglaterra, França e Espanha) obrigava — de acordo com o plano estabelecido pelo Príncipe da Paz, Manuel Godoy — a entregar ao rei de Espanha algumas províncias portuguesas. Os exércitos espanhóis depois da tomada de Olivença e Juromenha, alcançaram Campo Maior, Arronches, Portalegre e Castelo de Vide, quase sem combate. Em Eivas houve resistência. Também o exército português cujo comando fora confiado ao Duque de Lafões, invadiu a Galiza apoderando-se de algumas localidades. Embora a declaração de guerra feita a Portugal fosse em 28 de Fevereiro, só em Maio começaram as operações. Constituir am-se três pequenos exércitos: em Trás-os-Montes sob o comando do Marquês de La Rosière que tinha as suas ordens o gen. Gomes Freire de Andrade; na Beira Baixa, comandado pelo marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida e no Alentejo, o maior exército sob as ordens do ten. gen. João Forbes Skellater.

Foi considerada um desastre esta campanha de 1801; no fim o Duque de Lafões foi exonerado e substituído pelo gen. alemão Conde de Goltz. Ao assinar o tratado de paz em Badajoz, a 6 de Junho, Portugal teve de restituir todas as povoações de que se tinha apoderado na Galiza e a Espanha fez o mesmo em relação às praças alentejanas que tomara, à excepção de Olivença. Refira-se ainda que entre outras onerosas condições a que Portugal teve de condescender está o facto de ficar obrigado a dar à França a quantia de 8 milhões de cruzados. Este foi o primeiro acto da guerra que se repetirá mais tarde com as invasões francesas. (Ver também *Conflitos académicos*).

Bibliografia (4) :

- Almeida, Manuel Lopes de — «Negociações diplomáticas com a França. Novas lutas (1795-1801)», in *História de Portugal*, ed. dirig. por Damião Peres, vol. VI.
- Chaby, Claudio de — *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussilon e Catalunha*, 6 vols., Lisboa, 1863-1885.
- Costa, José Maria das Neves — *Memorias para servirem a história da Campanha do Alentejo em 1801*, Lisboa, 1914.
- Figueiredo, Fidelino de — *Scienda e espionagem na vespera da Guerra das Laranjas*, Coimbra, 1929.
- Gagé, Jean — «Antonio de Araújo, Talleyrand et les négociations secrètes pour la paix de Portugal (1798-1800)», *Bulletin des Etudes Portugaises*, 14, 1950.
- Maxwell, Keneth Robert — *Conflicts and Conspiracies. Brazil and Portugal, 1750-1807*, Ph. D., Princeton University, 1970.

(3) O nome curioso porque este conflito ficou conhecido deve-se ao facto de Godoy ter enviado para a Corte espanhola um ramo de laranjeira colhido na invasão do Alentejo, como símbolo da conquista.

(4) Apesar de aqui se apresentar uma bibliografia mais especifica convém ter sempre presente as obras que são referidas na orientação bibliográfica, tais como: Dicionário de História de Portugal, História de Portugal e outros estudos gerais que aí são descritos pelo aue para todos os casos e a partir deste momento nos abtemos de tornar a referenciar.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Maya, Fernando — *Subsidios para a historia militar de Portugal*, Lisboa, 1904.
- Pimenta, Belisário — *A Campanha de 1801: ligeiras considerações a propósito duns documentos*, Coimbra, 1949.
- Pinto, Antonio Florencio de Sousa — «A Campanha de 1801 e o Duque de Lafões», in *Divagações historicas*, Lisboa, 1887.
- Pires, A. Thomaz — *Notas historico-militares. Da «guerra velha» até á invasão francesa*, Eivas, 1898.
- Onrubia y Rivas, José Maria — «Las relaciones entre España e Portugal en el reinado de Carlos IV (1788-1808)», *Congresso do Mundo Português*, VIII, Lisboa, 1940.
- Santos, Francisco Maria dos — *Sucessos de Portugal: memorias historicas, políticas e civis; em que se descrevem os mais importantes sucessos ocorridos em Portugal desde 1742 até ao anno de 1804*, tomo I, Lisboa, 1882.
- Silva, Henrique José da — «Relação da entrada e sucessos dos hespanhois na provincia do Alentejo no ano de 1801, desde 20 de Maio até 6 de Junho», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.º 6, 1936.
- Tavares, Pedro Manuel — *Estudos historico-militares I. Defesa de Campo Maior em 1801*, Eivas, 1890.
- Veloso, J. M. de Queirós — *Como perdemos Olivença*, Lisboa, 1933.

1802-1803

Motins de Campo de Ourique — Presumível tentativa de golpe de estado levada a efeito para diminuir a influência que o chamado «partido francês» alcançara junto da Corte portuguesa sobretudo devido à acção do seu embaixador, Lannes. Em 25 de Julho de 1803, soldados do regimento da capital sob as ordens de Gomes Freire de Andrade festejavam a Senhora da Piedade quando a guarda da policia comandada pelo conde de Novion chegou para patrulhar as imediações. Os soldados tentaram afastá-los, dando assim origem à escaramuça. E quando Gomes Freire dá ordem de prisão a Novion, interveio o Duque de Sussex (filho de Jorge III de Inglaterra), que por essa altura estava em Portugal, o que nos leva a admitir uma intervenção directa da Maçonaria no desenrolar do conflito.

Bibliografia:

- Alcochete, Nuno Daupias d' — «Le Comte de Novion...», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 8, Paris, 1974.
- Cavalheiro, A. Rodrigues — *Os motins de Campo de Ourique em 1803*, Lisboa, 1932.
- Dias, Graça e J. S. da Silva — «Os motins do Campo de Ourique» in *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. I, tomo II, Lisboa, 1980.
- Ferrão, António — *Gomes Freire e as virtudes da raça portuguesa*, Coimbra, 1920.
- Lapa, Albino — *História da policia de Lisboa*, Lisboa, 1969.
- Pereira, Angelo — *D. João VI, príncipe e rei*, tomo IV, Lisboa, 1954.
- Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil... cit.*

Revoltas e Revoluções

Conspiração de Alorna — Em finais de 1802, o marquês de Alorna, D. Pedra de Almeida sob pretexto de «restabelecer as casas de conversação que houve sempre na nobreza» promovia reuniões de membros de uma Sociedade com fins políticos: destronar a Casa de Bragança e portanto, o regente D. João. Entre os membros dessa sociedade que tinha como divisa «Deus, Rei e Honra» estão além de Alorna: o Conde de Sabugal, o Marquês de Minas, o Marquês de Ponte de Lima e também militares, os oficiais da guarnição de Lisboa. As actividades da Sociedade foram denunciadas ao patriarca de Lisboa, D. José Francisco de Mendonça, que por sua vez as comunicou ao Regente e também não foram estranhas à policia, pelo que aqueles elementos se tornaram mais discretos, aguardando outra ocasião que não tardaria a surgir em 1805.

Bibliografia:

Barreiros, José Baptista — «Ensaio de Biografia do Conde da Barca», *Bracara Augusta*, vols. IX-X, Jan.-Dez. 1962, n.ºs 1-4.
Pereira, Angelo — *D. João VI Príncipe e Rei*, vol. IV, Lisboa, 1954.
Soriano, S. J. da Luz — *Historia da guerra civil...*, *cit.*

1805

Conspiração de Mafra — Tentativa de alguns elementos da nobreza para retirar a D. João a regência e colocar em seu lugar D. Carlota Joaquina. Foram conspiradores: o Marquês de Alorna (D. Pedro de Almeida), o Conde de Sabugal, o Marquês de Ponte de Lima, o Conde de Sarzedas, o Conde de Cavaleiros e o Dr. Vicente António de Azevedo. O governo de acordo com o regente mandou abrir um inquérito e sobre o Marquês de Alorna incidiu uma vigilância rigorosa que também se estendeu aos outros conspiradores.

Bibliografia:

A mesma que foi indicada em *Conspiração de Alorna*.

Motins de S. T or cato — Em 1805 numa freguesia do termo da vila de Guimarães cujo patrono era S. Torcato deu-se um motim cujo pretexto foi religioso: num lado estava a autoridade eclesiástica, isto é, o Cabido de Guimarães que pretendeu arrogar-se à administração do culto em torno do santo; no outro lado, estava o povo que não o permitiu, tendo conseguido alcançar a vitória após uma semana de motim popular — impedindo a reposição das relíquias no altar da igreja sujeita ao Cabido e recolocando-as na sua capela própria ao mesmo tempo que insultava os clérigos que tinham iniciado o movimento. Este conflito que durou uma semana, terminou com a cedência por parte do arcebispo que reafirmou a presença do santo no seu lugar original. Mas após se ter encontrado esta solução as coisas não ficaram por aí. Os populares que se tinham mostrado mais envolvidos foram presos. Foi o próprio governo, como que ignorando as soluções encontradas, quem procedeu a inquérito e devassa através da Intendência da Polícia que prendeu alguns dos amotinados. Neste conflito — aparentemente uma simples revolta

Insurreições e Revoltas em Portugal

camponesa — defrontam-se em última instância os poderes político e religioso.

Bibliografia:

Silva, Augusto Santos — «S. Torcato, 1805: o povo, a religião, o poder (análise de um motim de província)», *Studium Generale. Estudos contemporâneos*, n.º 0, Porto, 1979. (Neste artigo, o seu Autor apresenta toda uma importante série de fontes documentais e ainda uma bibliografia mais especializada, pelo que nos dispensamos de aqui a referir).

1807-1809-1810

Invasões francesas — Depois do Bloqueio Continental determinado por Napoleão em 1806, sobre Portugal e Espanha, para tentar submeter a Inglaterra à França, franceses e espanhóis celebram entre si o Tratado de Fontainebleau (27 de Outubro de 1807) onde acordam a partilha de Portugal. Em vão o regente D. João publicou o decreto de 20 de Outubro de 1807 em que se decidia fechar os portos aos ingleses e o de 8 de Novembro do mesmo ano em que determinava a prisão de súbditos ingleses residentes em Portugal sequestrando as suas propriedades. De facto logo em 13 de Novembro de 1807, o jornal *Le Moniteur* (órgão oficial do governo francês) afirma que tinha deixado de reinar em Portugal a Casa de Bragança. Desde esse momento estava pois decretada a invasão de Portugal.

A execução da 1.^a invasão foi confiada a Junot que em 20 de Novembro de 1807 comandando um exército de cerca de 28.000 franceses apoiados por 11.000 espanhóis (estes chefiados pelo gen. Caraffa), passou a fronteira portuguesa pelo concelho de Idanha-a-Nova e dez dias depois entra em Lisboa (6). Pelos relatos já extremamente divulgados sabemos o que foi esta 1.^a invasão: sem qualquer resistência das populações ou do exército português (aliás o regente até deixara ordens de receber bem o invasor), Junot e os seus soldados alcançaram Lisboa pensando, talvez, encontrar ainda o regente D. João. Mas este já ia a caminho do Brasil. Simultaneamente com Junot entravam no Porto duas colunas espanholas, uma pelo Douro e Minho chefiada pelo gen. Taranco com cerca de 10.000 homens; e outra coluna de 6.000 homens comandada pelo Marquês do Socorro entrava no Alentejo dirigindo-se a Setúbal e tomando posse do Sul.

Junot já em Lisboa fez constar que vinha libertar-nos da dominação inglesa: era a «protecção à francesa» como a ela se referiam os documentos da época, e com esse intuito aconselhava nas suas proclamações a calma e prometia garantir o direito de propriedade ao mesmo tempo que estabelecia uma autêntica administração do nosso país através da colocação de homens da sua confiança em postos-chave do governo. Colaboraram com ele alguns prelados que através de pastorais aconselhavam a manutenção do sossego público (por exemplo: a pastoral do cardeal patriarca, D. José de Mendonça em 8 de Dezembro de 1807; a do bispo do Algarve e in-

<6) Registe-se, a título de mera curiosidade que é desse momento que data o título de Duque de Abrantes atribuído a Junot por Napoleão, porque fora Abrantes o objectivo da marcha de Junot.

Revoltas e Revoluções

quisitor geral, D. José Maria de Melo em 22 e as do bispo do Porto, D. António de São José de Castro em 5 de Dezembro e em 18 de Janeiro de 1808), e também colaboraram outros elementos da nobreza e da burguesia (ver *S etembr izada*).

A 1 de Fevereiro de 1808 Junot, em decreto da sua lavra, depõe a família real e suprime a Regência nomeada por D. João nas vésperas da sua partida para o Brasil. Nesse mesmo decreto nomeia nova regência em nome de Napoleão, na qual ele é o presidente e são vogais: o Conde da Ega, o principal Castro, o Conde de S. Paio e Pedro de Mello Breyner. Como Intendente da Polícia é nomeado o francês Lagarde que é simultaneamente o redactor do jornal oficial e mais lido no momento, a *Gazeta de Lisboa*. Estava assim consumada a 1.^a invasão. Seguiu-se em 1808 e como reacção o *levantamento nacional* contra o invasor francês, alterando-se então a situação inicial de apoio a Junot para uma oposição sistemática ao invasor. Foi, por assim dizer, um dos primeiros actos da *guerra peninsular*. (Ver capítulos respectivos).

A 2.^a invasão francesa, em Março de 1809 foi chefiada por Soult. Entrou por Trás-os-Montes, tomou Chaves e daí partiu para Braga, apesar de haver alguma resistência por parte portuguesa. A 20 de Março os franceses estão em Braga. O bispo do Porto (D. António de São José de Castro) chamou e armou os seus súbditos civis, o que deu extraordinária força aos povos de Braga e do Porto, vitimando o próprio gen. Bernardina Freire de Andrade, entretanto acusado de traidor. Registe-se, curiosamente que também no Porto em 21 e 22 de Março, a população assassinara e arrastara pelas ruas, sob a acusação de jacobinos, o brigadeiro Luís de Oliveira, o sargento-mor Porto Carrero, e o fidalgo da Bandeirinha, que depois foram lançados ao rio Douro. Bernardim Freire, ^ por sua vez, foi morto a tiro em Braga, no Campo de Santa Ana, vítima da desordem em que se encontrava o exército português. E o Barão de Eben quem o irá substituir à frente do exército. Mas entretanto Soult e as suas forças militares saem de Braga em direcção ao Porto. A 27 de Março de 1809 estava todo o exército francês perto do Porto mais propriamente em S. Mamede de Infesta. E é o próprio Bispo do Porto o chefe da defesa da cidade. Soult ainda enviou um emissário ao bispo para que a cidade capitulasse, mas este não anuiu. E começou o ataque ao Porto que ficou marcado por um episódio conhecido: o do desastre da ponte das barcas, em 29 de Março, que aconteceu pela ânsia de fuga desenfreada da população face à eminência da luta. O Porto foi saqueado durante cerca de 3 dias pelos franceses que aí permaneceram durante algum tempo. Em 12 de Maio o exército anglo-luso chefiado por Wellesley, conseguiu entrar na cidade pondo em fuga Soult e os seus soldados que retiraram para a Galiza. Terminava assim a 2.^a invasão que teve o Porto por principal local de acção.

Ainda aconteceu uma 3.^a invasão, que teve lugar em 1810 e foi comandada por Massena.

Bibliografia:

- Almeida, A. Duarte de — *As invasões francesas. Reinado de D. Maria I. Regência do Príncipe D. João (1777-1816)*, Lisboa, s. d.
Alvelos, M. — «Repercussões da 1.^a invasão francesa», *Beira Alta*, 2.^a série, XXI, n.º 2, 1962.
Alves, Alfredo — «Os franceses no Porto», *O Tripeiro*, n.º 2, 1908.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Aranha, Pedro Venceslau de Brito — *Nota acerca das invasões francesas em Portugal (principalmente a que respeita a 1.ª invasão do comando de Junot)* por..., Lisboa, 1909.
- Azevedo, Pedro de — *Geoffroy Saint-Hilaire em Lisboa*, Lisboa, 1921.
- Barreiros, Jose Baptista — «Preliminares da 1.ª invasão francesa em Portugal», *Independência. Revista de Cultura Lusitana*, Ano XIX, Dezembro 1959-60, n.ºs 21 e 22.
- Basto, Artur de Magalhães — *1809, o Porto sob a 2.ª invasão francesa*, Lisboa, 1926.
- Benevides, Francisco da Fonseca — *No tempo dos franceses*, Lisboa, 1908.
- Brandão, M. J. da Cunha — «A proposito da invasão francesa em Portugal em 1809», *Revista Militar*, 1894.
- Brandão, Raul — *El-Rei Junot*, Coimbra, 1974.
- Caldas, José Ernesto de Sousa — *História de um fogo-morto (Subsídios para uma história nacional) 1258-1848*, Porto, 1903.
- Carvalho, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a historia contemporânea*, Coimbra, 1868.
- César, Vitoriano J. — *Invasões francesas em Portugal*, 1 vol. (3 tomos), Lisboa, 1903-1910.
- Chaves, Francisco Sá — «No tempo dos franceses», *Revista Militar*, 1913 e 1914.
- Comissão do Centenário da guerra peninsular — *O cerco de Campo Maior em 1811*, Lisboa, 1921.
- Compilação de documentos sobre Campo Maior e as invasões francesas*, Lisboa e Campo Maior, 1808 a 1810.
- «Convenção definitiva para a evacuação de Portugal pelo exército francês (1808)», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 2, 1931.
- [Corte Real, Manuel Inácio Martins Pamplona] — *Aperçu nouveau des campagnes des Français au Portugal en 1807, 1808, 1810 et 1811*, Paris, s. d.
- Corte Real, Manuel Inácio Martins Pamplona — *Episodios da terceira invasão (Maio a Setembro de 1810)*, Figueira, 1896.
- Cruz, António — *As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto*, Porto, 1970.
- Eça, Vicente Almeida d' — *Causas políticas das invasões*, Lisboa, 1910.
- Ferrão, António — *A 1.ª invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia (1807-1808)*, Coimbra, 1925.
- Gama, Arnaldo — *O sargento-mor de Vilar. Episódios da invasão francesa de 1809*, 2 tomos, Porto, 1863.
- Héritier, Michel 1º — «Napoléon et le Portugal (1799-1814). Contribution à l'étude de la politique européenne», *Congresso do Mundo Português*, vol. VIII, Lisboa, 1940.
- «Historia veridica e circunstanciada da invasão dos exercitos perfidos e hostis em Portugal em 1807 athe a sua total expulsão... por um presbítero portuense, Anno de 1811», *O Tripeiro*, 1.ª série, n.ºs 4 a 12, 1908.
- Iria, Alberto — *A invasão de Junot no Algarve (Susídios para a história da guerra peninsular, 1808-1814)*, Lisboa, 1941.
- Lacerda, João Limpo Pimenta Pereira — *Mapa historico, político, militar e moral da cidade de Évora ou exacta narração do terrível assalto que a mesma cidade deu o general Loison*, Lisboa, 1814.
- Lima, Durval Pires de — *Os jrcmceses no Porto (1807-1808). Diário de uma testemunha presencial*, 2 vols., Porto, 1949.

Revoltas e Revoluções

- Loureiro, José Pinto — *Coimbra no Século XIX*, Coimbra, 1967.
- Martins, Maria Ermelinda de Avelar Fernandes — *Coimbra e a guerra da Península*, 2 vols., Coimbra, 1944.
- Mesquita, Marcelino — *Guerras de independência. As três invasões francesas*, 2 vols., Lisboa, 1908.
- Neves, José Acúrsio das — *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Lisboa, 5 vols., 1811. (Edição recente em dois volumes, com estudos introdutórios de António Almodovar e Armando de Castro, Porto, s. d. (1984).
- Pimenta, Belisário — *O arquivo municipal de Miranda do Corvo. II — Subsídios para a história das invasões francesas*, Lousã, 1918.
- Pimenta, Belisário — *Centenário da Guerra Peninsular. Miranda do Corvo e as invasões francesas, I (1808-1809)*, Coimbra, 1913.
- Pimenta, Belisário — *A propósito da retirada de Soult em 1809*, Guimarães, 1942.
- Ramos, Luís A. de Oliveira — *Da ilustração ao liberalismo*, Porto, 1979.
- Santos, Nuno Valdez dos — «A ocupação francesa de Junot», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 46, Lisboa, 1976.
- Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães — *História organica e política do exercito portuguez... cit.*, vols. 10, 11, 12 e 17.
- Silbert, Albert — *Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal*, Coimbra, 1980. Sep. da *Revista de História das Ideias*, 2, 1978-79.
- Soares, Fr. Joaquim — *Compendio historico dos acontecimentos mais celebres motivados pela revolução de França e principalmente desde a entrada dos francezes em Portugal até á segunda restauração*, Coimbra, 1808. Outra edição, Lisboa, 1809.
- Thiébauld, Barão de — *Relation de Vexpedition au Portugal faite en 1807 et 1808*, Paris, 1817.
- Veloso, José Valério — *Memoria dos factos populares na provinda do Minho em 1809, onde foram sacrificados os chefes do exercito*, Porto, 1823.

1808

Levantamento nacional — Em Junho de 1808 tem início em Portugal, a revolta contra o domínio francês, tal como em Espanha. Portugueses e espanhóis procedem já desde Maio a combinações para a futura libertação do domínio do governo francês e pela restauração da independência. É nesta ocasião que verdadeiramente começa a guerra peninsular. Torna-se discutível afirmar que o movimento do «povo em armas» se iniciou no norte do país, mais propriamente no Porto, pois também no sul, em Olhão, e quase que pelos mesmos dias, esse movimento começava. Em breve alastrou por todo o país, mas o Porto terá comandado essa acção, senão vejamos: o gen. espanhol Bellesta teria recebido ordem de retirar para o seu país prendendo alguns franceses. E a 6 de Junho de 1808 foram detidos o gen. francês Quesnel e outros, e foi convocada a Câmara e habitantes do Porto que logo proclamaram a restauração da Casa de Bragança. A 7 de Junho o sargento-mor, Raimundo José Pinheiro, comandante do Castelo de S. João da Foz, arvorou a bandeira portuguesa. A 11 o tenente-general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda proclama o príncipe regente em Bragança. A 14 a notícia chega ao Porto e a 18 também esta cidade

Insurreições e Revoltas em Portugal

aclama o regente, sob a voz de comando do capitão João Manuel Mariz.

A 19 procede-se à eleição de uma Junta provisional do supremo governo que governaria em nome do príncipe regente. O Minho e a Beira estavam também pela restauração. Em Lisboa reunia-se um *Conselho Conservador* (grupo constituído para propaganda anti-francesa, que, segundo Inocêncio, era uma loja maçónica). Tinha cerca de 180 elementos na sua maioria militares e a ele pertenceram, José Máximo Pinto da Fonseca Rangel (secretário), André do Quental, Sebastião José de S. Paio, José Portelli, entre outros. A Junta do Porto enviou delegados a Londres (o visconde de Balsemão e o desembargador João de Carvalho Martens da Silva Ferrão) para solicitar o auxílio inglês, o que se veio a concretizar no momento do desembarque de tropas inglesas na Figueira da Foz, em Agosto. Foi a partir desse momento que a luta contra os franceses ganhou maior ritmo: foi o levantamento de Beja e seu ataque, o saque de Évora e os combates de Roliça e Vimeiro. Junot que dirigia os seus exércitos teve grandes perdas e retirou para Torres Vedras. E foi o general Kellermann quem negociou a paz e a 30 de Agosto é assinada a Convenção de Sintra pela qual o exército francês embarcou na esquadra inglesa com destino a França. A 18 de Setembro o tenente-general Dalrymple restabelece em Lisboa a regência que o príncipe D. João nomeara nas vésperas da partida para o Brasil, embora ficassem de fora alguns dos seus anteriores membros por serem conhecidos pelo seu «partidarismo» pelos franceses (o principal Castro, o Conde de S. Paio e Pedro de Melo Breyner) (6). Assim se fez a «restauração» do Reino pelas forças anglo-lusas, restabelecendo-se também o governo legítimo.

Bibliografia:

- Alcochete, Nuno Daupias d' — «Les pamphlets portugais anti-napoléoniens», *Arquivos do Centro Cultural Português*, 11, Paris, 1977.
- Alves, Francisco Manuel — *Memorias archeologico-historicas do distrito de Bragança*, tomo I, Porto, 1909.
- Azeredo, Carlos — *As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809. Alguns elementos históricos*, Porto, 1984.
- Basto, Artur de Magalhães — *O Porto contra Junot. Estudos Portuenses*, vol. I, Porto, 1962.
- Catalogo por copia: extrahido do original das sessões e actas feitas pela Sociedade de portuguezes dirigida por um Conselho intitulado Conselho Conservador de Lisboa...*, Lisboa, s.d. (1808 ou 1809).
- Couto, António Maria do — *Relação historica da revolução do Algarve contra franceses... seguida de todos os documentos que justificam a parte que neles teve Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira*, Lisboa, 1809.
- Cruz, António — «A revolta da cidade do Porto contra o domínio de Napoleão», in *XXVI Congresso Espanhol da Associação para o Progresso das Ciências*, Porto, 1962.

(6) A nova regência foi composta pelo Conde de Castro Marim (D. Francisco Xavier de Noronha), Francisco da Cunha e Meneses, João António Salter de Mendonça, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, o Marquês de Minas e o Bispo do Porto.

Revoltas e Revoluções

- Declaração da revolução 'princiada no dia 16 de Junho de 1808 no Algarve e lugar de Olhão pelo governador da praça de Villa Real de Santo António, José Lopes de Sousa para a restauração de Portugal*, s. 1., s. d. (1808?).
- Dialogo entre Braga e o Porto em Dezembro de 1808*, Londres, s. d. (1808?).
- Fonseca, Fr. João Marianno de Nossa Senhora do Carmo — *Relação da revolução de Campo Maior em 1808 dada á luz por Francisco Cesario Rodrigues Moncho*, Lisboa, 1813.
- Freire, José António da Silva — *Apologia dos eclesiásticos armados para a defeza da Patria*, s. 1., 1809.
- Lacerda, Manuel de Castro Correia de — *Relação da tomada de Abrantes no dia 17 de Agosto de 1808*, s. 1., s. d. (1808?).
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — «O tenente português João Baptista de Almeida Sousa e Sá, herói da reconquista de Viseu em 1809», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 7, 1937.
- Neves, José Acúrsio das — *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas*, s. 1., 1808.
- Neves, José Acúrsio das — *A voz do patriotismo na restauração de Portugal e Espanha*, s. 1., 1808.
- Pereira, António Mexia Fausto Galvão — *Evora no seu abatimento gloriosamente exaltada*, Lisboa, 1808.
- Ramos, Luís António de Oliveira — *A resistência contra o imperialismo napoleónico em 1808: o caso de Viana do Minho*, Porto, 1977.
- Rangel, José Maximo Pinto da Fonseca — *Severo exame do procedimento dos portugueses de 1807 a 1808*. Lisboa, 1808.
- Sepulveda, Francisco Xavier Gomes de (abade de Rebordãos) — *Memoria abreviada e veridica dos importantes serviços que fez á Nação o ex.^{mo} senhor Manuel Jorge Gomes de Sepulveda de Traz-os-Montes na feliz origem e progresso da revolução que salvou Portugal*, Lisboa, 1809.
- Sousa, A. Botelho de — *Subsídios para a história das guerras da restauração*, 2 vols., s. 1., 1940.
- Valente, Vasco Pulido — «O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809», *Análise Social*, n.º 57, 1979.
- Vitorino, Pedro — *O grito da independência em 1808*, Coimbra, 1928.

1809-1810

Setembrizada — Movimento de repressão que se traduziu na ordem de prisão emitida pelos governadores do reino contra todo aquele que se suspeitasse ser «partidário» (dos franceses) ou «colaboracionista» e que ocorreu em Lisboa, de 10 para 11 de Setembro de 1809. Cerca de 48 pessoas foram presas e em seguida deportadas no navio *Amazonas* para a ilha Terceira nos Açores. Entre outros destacam-se: António de Almeida (cirurgião), Manuel Alves do Rio (juiz do Terreiro Público), João Vicente Pimentel Maldonado (opositor aos lugares de letras), José Portelli (presbítero e prof. de Filosofia no Colégio dos Nobres), José Pedro de Sousa Azevedo (tenente da armada), Joaquim José da Costa Simas (advogado), José Ferrão de Mendonça e Sousa (prior na freguesia dos Anjos), Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (advogado), José Diogo Mascarenhas Neto (desembargador) e Jacome Raton (deputado da Junta do Comércio).

Desde Pina Manique que a Intendência da Polícia mostrava a sua eficácia na perseguição dos ideais políticos que a Revolução

Insurreições e Revoltas em Portugal

Francesa inaugurara. Por isso começou cedo a emigração política, mas o movimento da Setembrizada vem assinalar efectivamente a existência de um pensamento político pré-liberal que vinha crescendo e que continuará pois vai iniciar nos Açores e particularmente na ilha Terceira o movimento liberal e também irá activar a imprensa portuguesa de Londres, uma vez que alguns dos que foram exilados para a ilha em breve se passam para a Inglaterra.

Mas já antes de Setembro tinham tido início os motins populares contra aqueles que se suspeitava serem «partidários»: em Maio de 1809 tiveram de sair do Porto alguns aderentes dos franceses e entre eles estava o P.^e José Valério Veloso, cônego em Barcelos. De um modo genérico podemos afirmar que após a saída dos franceses, resultado da Convenção de Sintra, começaram os motins populares e as perseguições que por vezes também são conhecidas com o nome de *Setembrizadas*. E os governadores do Reino fosse por vontade própria ou fosse pelo peso da imposição popular (não esqueçamos que muitos tinham armas e que a denúncia se tinha tornado lícita legalmente) resolveram satisfazer a opinião pública prendendo liberais que eram tidos por «partidistas» dos franceses, deportando uns, expulsando outros e conservando outros presos. (Ver: *Invasões Francesas e Levantamento Nacional*).

Bibliografia:

- Alcochete, Nuno Daupias d' — *La réaction anti-liberale au Portugal après l'occupation française (1808-1810)*, Paris, 1965.
- Alcochete, Nuno Daupias d' — «La terreur blanche à Lisbonne, 1808-1810. Jacques Rattou et la Setembrizada», *Annales Historiques de la Révolution Française*, 181, Jul.-Set., 1965.
- Almeida, Antonio de — *Exposição justificativa perante sua Alteza Real o Principe Nosso Senhor*, Londres, 1813.
- Castro, Bernardo José d'Abrantes e — *Memoria sobre a conduta do Dr...., desde a retirada de S.A.R. para a America*, Londres, 1811.
- Costa, Vicente José Ferreira Cardoso — *Observação do Dr... sobre um artigo da Gazeta de Lisboa de 29 de Outubro de 1810*, Londres, 1811.
- Maia, Francisco d'Athayde Machado Faria e — *Os deportados d'Amazona (monographia historica) 1810-1826*, Ponta Delgada, 1918.
- Maia, Francisco d'Athayde Machado Faria e — *Um deportado do «Amazonas». Monographia historica. Epoca liberal nos Açores, 1810-1834*, 2.^a ed., Ponta Delgada, 1931.
- Nemésio, Vitorino — *Exilados (1828-1832). História sentimental e política do liberalismo na emigração*, Lisboa, s. d.
- Sampaio, Sebastião José de — «Para a história dos Setembrizados (o desembargador Sebastião José de Sampaio)», *Anais da Academia Portuguesa de História*, vol. 12, Lisboa, 1968.
- Santos, Reinaldo dos — «O cirurgião António de Almeida e a Setembrizada de 1810», *Lusitânia*, III, 1925-26.
- [Veloso, P.^e José Valério] — «Episódios da Guerra Peninsular. Documentos relativos ao P.^e...», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 5, 1935.

1808-1814

Guerra Peninsular — Com este nome se designa genericamente o movimento que foi consequência directa das invasões fran-

cesas na Península e que assume outra dimensão em 1811 com a criação da coligação de exércitos ibéricos para expulsar o inimigo comum a França. Como vimos (*Invasões francesas e Levantamento Nacional*) já desde 1808 se corporizara esse movimento que terminará em 1814, contribuindo para a derrota do imperialismo napoleónico.

Bibliografia:

- Aranha, Pedro Venceslau de Brito — «Relação de algumas obras de autores estrangeiros que tratam da guerra peninsular» in *Nota acerca das invasões francesas... cit.*
- Botelho, J. J. Teixeira — *História Popular da Guerra da Península*, Porto, 1915.
- Browne, John Murray — *An historical view of the revolution of Portugal since the close of the Peninsular war*, s. 1., 1827.
- Cabreira, António — *Notícia acerca de alguns documentos inéditos sobre a guerra da península*, Lisboa, 1908.
- Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Guerra Peninsular. Notas, episódios e extractos curiosos*, Coimbra, 1910.
- Chaby, Claudio de — *Apontamentos para a historia da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, Lisboa, 1865.
- Chaby, Claudio de — *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra da península... cit.*
- Coelho, José Maria Latino — *Historia politica e militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, 3 tomos, Lisboa, 1885-1891.
- «Um episódio da guerra peninsular. Batalha do Coa, 1810», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. L.
- Foy, General — *Histoire de la guerre de la Péninsule sous Napoléon précédé d'un tableau politique et militaire des puissances beligerantes*, 4 tomos, Paris, 1828.
- Garcia, Miguel Victorino Pereira — *Guerra Peninsular, suas causas e efeitos. Esboço histórico*, Lisboa, 1933.
- [Guerra Peninsular] — *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vols. IV, XII, XVI, XVII, XL e L.
- Machado, F. S. de Lacerda — *O tenente-general Conde de Avilez (1785-1845), I. Guerra Peninsular*, Gaia, 1931.
- Martins, Luís A. de F. — «Os últimos episodios da guerra peninsular», *Revista Militar*, 1916.
- Martins, Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes — *Coimbra e a guerra peninsular... cit.*
- [Mesquita, Manuel de Castro Pereira de] — *Historia da Legião Portuguesa em França*, Londres, 1814 (publicada anónima).
- Nunes, José Mathias — *A guerra da península 1808-1814. Estudo estratégico das suas diferentes campanhas. Explicado em lições aos alunos do Real Colégio Militar de Sandhurst pelo capitão C. W. Robinson*, trad, do inglês, Lisboa, 1883.
- Onrubia y Rivas, José Maria — «Las relaciones hispano-portuguesas durante la guerra de la independencia peninsular», *Cong, do Mundo Português*, 8, Lisboa, 1940.
- Pinho, Cândido de — *A guerra peninsular* (discurso), Porto, 1908.
- Read, Jan — *War in the Péninsule*, Londres, 1977.
- Rocha, Manuel João Paulo — *Monographic. As forças militares de Lagos nas guerras da restauração, peninsular e nas pugnas pela liberdade*, Porto, 1910.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Sepulveda, Christovam Ayres de Magalhães — *Dicionário bibliográfico... cit. e Historia organica e politica... cit.*, vol. 17.
- Silbert, A. — «Portugal perante a política francesa (1799-1814)» in *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972.
- Soares, Eduardo de Campos — «Um bravo da guerra peninsular e das campanhas da liberdade», *Congresso do Mundo Português*, 8, Lisboa, 1940.
- Soriano, Simão J. da Luz — *Historia da guerra civil... cit.*
- Vicente, António Pedro — «Um soldado da guerra peninsular — Bernardini Freire de Andrade e Castro», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 40, Lisboa, 1970.
- Vilar, Francisco de Paula da Silva — *Atravez das ordens de Beresford durante a guerra peninsular: apontamentos e comentarios*, Lisboa, 1896.

1817

Conspiração de Gomes Freire — O general Gomes Freire de Andrade, regressado ao país em 1814 com a Legião Portuguesa, liderou o movimento revolucionário que estava em marcha em Portugal e que era resultante de múltiplos factores que se prendiam directamente com a ausência do rei no Brasil e consequente situação de colónia de Portugal em relação ao Brasil, com a presença do inglês Beresford no comando do exército e do país, entre outros. É precisamente contra a regência tutelar inglesa que começam a conspirar algumas lojas maçónicas então espalhadas por todo o país. Entre elas distinguiu-se a sociedade a que pertenceram alguns dos companheiros de Gomes Freire e que se reunia na biblioteca de Francisco António de Sousa. Tinham uma imprensa inglesa através da qual faziam imprimir os textos das suas proclamações. Aliás, em 1816 Gomes Freire é eleito grão-mestre da Maçonaria portuguesa, o que vem fortalecer o movimento conspirativo a que uma denúncia veio pôr um trágico fim. De facto em "Maio de 1817 Gomes Freire e os seus companheiros são detidos, julgados e alguns condenados à morte o que virá a acontecer em Outubro do mesmo ano. Esta pesada punição decretada para Gomes Freire e seus companheiros (12) constituiu um dos episódios mais trágicos que a história da implantação de liberalismo nos legou. Autêntico auto-da-fé a que não faltou a força, a mutilação e até o fogo. Pretendiam os conspiradores uma mudança de governo que substituiriam por um «Conselho Regenerador»; mas logo a denúncia e imediata actuação repressiva de Beresford veio pôr fim ao projecto. No entanto, podemos afirmar que os «mártires» de 1817 não morreram em vão: 1817, ou melhor, o que aconteceu em 1817 veio reforçar o movimento que irá deflagrar em 1820 (ver a bibliografia).

Além de Gomes Freire estiveram implicados na conspiração: José Joaquim Pinto da Silva (alferes do regimento de infantaria 4); José Campeio de Miranda (alferes do reg. de inf. 16); José Ribeiro Pinto (idem); Manuel Monteiro de Carvalho (coronel de milícias reformado); Pedro Ricardo de Figueiró (capitão do reg. de inf. 13); José Francisco das Neves (major); Henrique José Garcia de Moraes; António Cabral Calheiros Furtado e Lemos; Manuel de Jesus Monteiro (cap. do reg. de artilharia 3); Manuel Inácio de Figueiredo; Maximino Dias Ribeiro; António Pinto da Fonseca Neves (2.º tenente do reg. art. 4); Frederico, barão de Eben; Francisco António de

Revoltas e Revoluções

Sousa; Veríssimo António Ferreira da Costa; Cristóvão da Costa (alferes do reg. de cav. 10) e Francisco Leite Sodré da Gama. Destes, 12 foram condenados à pena capital.

Bibliografia:

- Accordão em relação, etc. Confirmando a sentença condenatoria contra os seus implicados na conspiração* por Luiz Gomes Leitão de Moura, corregedor do crime do bairro da Rua Nova, com datas de 15 e 17 de Outubro de 1817.
- Apotheose dos invictos martyres da liberdade da patria, sacrificados pelo despotismo no Campo de Sancta Anna no dia 18 de Outubro de 1817*, offerecida aos portuguezes illuminados e constitucionaes por um cidadão egitanense, Lisboa, 1821.
- Aranha, Pedro Venceslau de Brito — *Nota acerca das invasões francesas em Portugal*, Lisboa, 1909.
- Azevedo, Pedro de — «Novos documentos para a história da conjuração de Gomes Freire», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências*, vol. XVIII, Lisboa, 1932.
- Boêr — *A Conspiração de 1817 contra a vida do general Gomes Freire de Andrade*, s. 1., 1903.
- Brandão, Fr. Matheus d'Assumpção — *Reflexões sobre a conspiração descoberta e castigada em Lisboa no anno de 1817*, Lisboa, 1818.
- Brandão, Raul — *A Conspiração de 1817*, Porto, 1917.
- Costa, Neves da — *A traição de Gomes Freire*, Lisboa, 1935.
- Elogio funebre em memoria dos doze portuguezes beneméritos da patria, etc.*, por C. J. do R. G. (Camilo José do Rosário Guedes), Lisboa, 1822.
- Ferrão, António — «Documentos ácerca da chamada conspiração de Gomes Freire» (Pasta-Varia, Sala Joaquim de Carvalho da Fac. Letras de Coimbra).
- Ferrão, António — *Gomes Freire e as virtudes da raça portuguesa*, Coimbra, 1920.
- Freitas, Joaquim José Salustiano de Ferreira de — *Memoria sobre a conspiração de Gomes Freire*, Londres, 1822. (Foi reimpressa no mesmo ano em Lisboa).
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — *Gomes Freire de Andrade. Notas bibliográficas e iconográficas*, Coimbra, 1919.
- Medeiros, Filipe Arnaud de — *Allegação de facto e direito feita no processo em que por accordão do Juizo da Inconfidencia e comissão especialmente constituída foi nomeado para defender os pronunciados como reus da conspiração denunciada em Maio de 1817*, Lisboa, 1820.
- Neves, António Pinto da Fonseca — *Juizo sobre as sentenças pró e contra a revolução tentada em 1817 e seus resultados*, Lisboa, 1822.
- Resposta á analyse critica dos redactores do Investigador n.º LXXXVI contra as reflexões sobre a conspiração de 1817*, Lisboa, 1818.
- Sentença do Juizo da Inconfidencia contra o tenente general Gomes Freire de Andrade e mais individuos presos e processados pelo crime de conspiradores sendo declarados reus de lesa-majestade e alta traição*, Lisboa, 15 de Outubro de 1817.
- Sentença da Relação de Lisboa proferida em recurso de revista, a requerimento das viúvas e parentes proximos dos infelizes padecentes enforcados no Campo de Sant'Anna em 18 de Outubro de 1817, pela qual foi annullada a sentença do Juizo da Inconfidencia que os condenava*, Lisboa, 1822.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Vidal, Manuel José Gomes de Abreu — *Allegação em grau de revista a favor dos martyres da patria, etc.*, Lisboa, 1822.

Vidal, Manuel José Gomes de Abreu — *Analyse da sentença proferida no Juizo da Inconfidencia, etc.*, Lisboa, 1820.

1820-1823

Em 1820 tem início o primeiro periodo do liberalismo português que durará até 1823. Mas nesse curto espaço existiram outros movimentos de revolta a que nos iremos referir e que nos mostram como o movimento revolucionário vintista teve os seus inimigos desde muito cedo. (Ver: *Revolução de 1820, Martinhada, Tumultos no país, Conspiração do major Pimenta, Conspiração da Rua Formosa, Motim do regimento de infantaria 24, Motim do regimento de infantaria 10, Motim de Castelo Branco, Motim de S. Miguel d'Acha, Revolta do Conde de Amarante, Vilafraneada, Conspiração de Eivas*).

1820

Revolução de 1820 — O pronunciamento militar que em 24 de Agosto de 1820 teve lugar no Porto e depois se estendeu a todo o país, iniciou em Portugal um novo periodo da sua história politico-social: o da implantação do liberalismo.

Com efeito, após esse movimento, começa a corporizar-se aquilo que ficou conhecido com o nome de «Revolução de 1820» ou de «Regeneração de 1820», se preferirmos usar a terminologia da época. O novo momento foi construído fundamentalmente pelo desejo, mas também pela necessidade de mudança política, pela força da opinião pública e pela acção das sociedades secretas e não só. Mas vejamos o que se passou em 1820: uma sociedade secreta constituída no Porto, por acção de Manuel Fernandes Tomás, o Sinédrio, tomara a seu cargo, officiosamente, promover a Revolução contando para esse efeito com o apoio inequívoco do encarregado de negócios de Espanha em Portugal, D. José Maria de Pando que estava em comunicação com alguns dos sinedristas. A ocasião era propícia pois Beresford saíra para o Brasil para comunicar a D. João VI os recentes acontecimentos em Portugal (ver *Conspiração de Gomes Freire*) e em Espanha. Assim o Sinédrio portuense estabelece outras associações com o mesmo fim em Lisboa O e noutros locais, chamando à causa liberal os militares dos regimentos nortenhos, assim como indivíduos de influência na magistratura, eclesiásticos, negociantes, etc. Foi acordado que o primeiro movimento liberal fosse levado a efeito pela Guarnição Militar do Porto e conforme o plano gizado reuniram-se na noite de 23 de Agosto em casa de Bernardo Correia de Castro e Sepúlveda (cor. inf. 18) alguns militares que decidiram dar o comando das forças militares aos coronéis Sepúlveda e Cabreira, os quais efectuariam o pronunciamento.

Assim pela manhã do dia 24 de Agosto as tropas formaram no Campo de Santo Ovídio onde foram lidas duas proclamações. O

(0 Entre os promotores do movimento em Lisboa está o círculo que se reunia em casa do Dr. Gregorio José de Seixas: Xavier Monteiro, Margiochi e Veríssimo José da Veiga (escrivão do povo).

exército e o povo que assistia aclamaram os discursos, houve salva de tiros como sinal de estar proclamada a liberdade e celebrou-se uma missa campal. Seguidamente os coronéis convocaram as autoridades para se lavrar o auto de eleição da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino que teve como Presidente o coronel António da Silveira Pinto da Fonseca e como vice-presidente, o coronel Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira. Esta Junta governaria em nome de D. João VI, manteria a religião católica e convocaria cortes representativas da Nação para que nelas se formasse uma constituição acomodada à nossa religião e leis (programa do seu Manifesto aos Portugueses).

Entretanto em Lisboa os governadores do Reino (Cardeal Patriarca, Marquês de Borba, Conde de Peniche, Conde da Feira e António Gomes Ribeiro) de início não aceitaram estas medidas proclamadas pela Junta do Porto, mas mais tarde vieram a transigir. No entanto, e perante as hesitações dos governadores de Lisboa, a Junta Portuense que tinha à sua disposição um efectivo de cerca de vinte mil homens ordenou que grande parte deles marchasse sobre Lisboa em duas divisões, uma a cargo do gen. Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda e outra, a cargo de Sebastião Drago Cabreira. Coimbra aderiu logo à Junta do Porto e portanto ao processo revolucionário em curso. E já em Lisboa em 15 de Setembro, o regimento de infantaria 16, marchou para o Rossio aclamando a Constituição e as Cortes, pronunciamento este que também teve o aplauso popular. Os chefes do movimento proclamam no Palácio da Regência um novo governo interino composto por Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Hermano José Braamcamp do Sobral, Conde de Sampaio, Conde de Resende, entre outros.

Em fins de Setembro a Junta do Porto e o governo interino de Lisboa resolveu fundir-se, até à instalação das Cortes em que se dissolveriam, em dois órgãos: a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (que ficava encarregada da administração pública) e a Junta Provisional preparatória das Cortes (com o encargo de tratar de tudo o que respeitasse à imediata convocação de Cortes).

Assim se ia consolidando a revolução de 1820 através da convocação das Cortes Constituintes que se instalam logo em Janeiro de 1821.

Bibliografia:

- Alvares, José Marinho Afonso — *A parenética portuguesa e os principais acontecimentos de 1820 a 1834*, dissert., de lie. apres, à Fac. Letras, Coimbra, 1966.
- Alves, Francisco Manuel (Abade de Baçal) — *Memorias archeologico-historicas... cit.*, tomo I.
- Araújo, Ana Cristina — *Prática política e projecto revolucionário. José Joaquim Ferreira de Moura (1808-1823)*, trabalho de síntese apres, à Fac. Letras, Coimbra, 1984.
- Araújo, José Maria Xavier de — *Revelações e memorias para a historia da revolução de 24 de Agosto e de 15 de Setembro de 1820*, Lisboa, 1846.
- Arriaga, José d' — *História da revolução portugueza de 1820*, 4 vols., Porto, 1886-1889.
- Azevedo, Julião Soares de — *Condições económicas da revolução portuguesa de 1820*, Lisboa, 1976.
- Barreiros, Eduardo Montufar — *Os papeis de meu pai*, 2 vols., Lisboa, 1904.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Cabreira, António — *Análise da revolução de 1820* (discurso na Academia das Ciências), Lisboa, 1920.
- Cardoso, A. M. Monteiro — «Notas para o estudo das lutas liberais (1820-1834) no distrito de Bragança», *Brigantia*, n.ºs 3 e 4, 1983.
- Carneiro, Heliodoro Jacinto d'Araújo — *Cartas dirigidas a S. M. El-Rei D. João VI: desde 1817 acerca do estado de Portugal e Brazil e outros mais documentos*, Londres, s. d. (1821?).
- Carneiro, Manuel Borges — *Portugal Regenerado em 1820*, Lisboa, 1820.
- Carvalho, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea*, Coimbra, 1868.
- Castro, Zília Maria Osório de — «Manuel Borges Carneiro e a teoria do Estado liberal», *Revista de História das Ideias*, 1, Coimbra, 1976.
- Castro, Zília Maria Osório de — «A Sociedade e a Soberania. Doutrina de um vintista», *Revista de História das Ideias*, 2, Coimbra, 1979.
- Corrêa, Ayres Jacome — *Historia documental da revolução de 1821*, Ponta Delgada, 1922.
- Correia, José Eduardo Horta — *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*, Coimbra, 1974.
- Costa, Jaime Raposo — *A teoria da liberdade no periodo de 1820 a 1823*, Coimbra, 1976.
- Daun, José Sebastião de Saldanha de Oliveira e — *Diorama de Portugal nos 33 mezes constitucionaes ou golpe de vista sobre a revolução de 1820 e a restauração de 1823 e acontecimentos posteriores até fins de Outubro do mesmo ano*, Lisboa, 1823.
- Dias, Graça e J. S. da Silva — «O vintismo da gestação ao colapso» in *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. II, tomo II, Lisboa, 1980.
- Dias, J. S. da Silva — «A revolução liberal portuguesa: amálgama e não substituição de classes» in *O liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., *cit.*
- Eiras Roci, António — «La politica hispano-portuguesa en el Trienio Constitucional», *Hispania* n.º 91, Madrid, 1963.
- Fortes, Agostinho — *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822*, Lisboa, 1932.
- Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida — *O dia 24 de Agosto*, in Gomes de Amorim, *Obras Completas*, vol. II.
- Garrett, João Baptista da Silva Leitão de Almeida — *Portugal na balança da Europa*, Lisboa, s. d.
- Gomes, J. A. Marques — *Centenário da Revolução de 1820*, Aveiro, 1920.
- Lasteyrie, Júlio de — *Portugal depois da Revolução de 1820*, Lisboa, 1841.
- O *Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, 2 vols., Lisboa, 1982.
- Martins, Rocha — *A liberdade portuguesa: 1820*, Lisboa, s. d.
- «Narração Abreviada da Rebelião de Portugal perpetrada na cidade do Porto em 24 d'Agosto de 1820 por inimigos do Altar e do Throno», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 15, 1945.
- Pereira, Angelo — D. João VI, príncipe e rei, vols. I — *A retirada da família real para o Brasil (1807)* e IV — *Últimos anos de um reinado tormentoso*, Lisboa, 1954.
- Pereira, António Joaquim da Silva — «Estado de direito e tradicionalismo liberal», *Revista de História das Ideias*, 2, Coimbra, 1979.

Revoltas e Revoluções

- Pereira, António Joaquim da Silva — «O tradicionalismo vintista e o Astro da Lusitania», *Revista de História das Ideias*, 1, Coimbra, 1977.
- Pereira, José Esteves — *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*, Coimbra, 1974.
- Pereira, Miriam Halpern — «O Estado vintista e os conflitos no meio industrial» in *O Liberalismo na Península Ibérica...*, 2.º vol., *cit.*
- Pimenta, Belisário — *O Arquivo Municipal de Miranda do Corvo I: subsídios para a história das lutas políticas de 1820 a 1834*, Lousa, 1916.
- Pimentel, Alberto — *A última corte do absolutismo em Portugal*, Lisboa, 1893.
- Pimentel, António de Serpa — *Portugal moderno: a queda do antigo regimen (1820-1834)*, Lisboa, 1896.
- Ramos, Luís António de Oliveira — *O Porto e as origens do liberalismo*, Porto, 1979.
- Rodrigues, J. Honorio — «O liberalismo», *Revista de História das Ideias*, 1, Coimbra, 1977.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a história das Cortes Geraes... cit.*, tomo I (1820-1825), Lisboa, 1883.
- Santos, Fernando Piteira — *Geografia e economia da revolução de 1820*, Lisboa, 1975. (Ed. recente de 1980).
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos — «Sobre os intelectuais portugueses...» *cit.*
- O século XIX em Portugal cit.*
- Sepúlveda, Bernardo Correia de Castro e — *Alicerces da Regeneração Portuguesa*, Lisboa, 1820.
- Silbert, A. — *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortes libérales (1820-1823)*, Paris, 1968.
- Soriano, Simão J. da Luz — *História da guerra civil... cit.*
- Tomás, Manuel Fernandes — *A Revolução de 1820*. Recolha, pref. e notas de José Tengarrinha, Lisboa, 1974.
- Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre — *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, 1984.
- Vargues, Isabel Nobre — «O radicalismo liberal vintista. João Maria Soares Castelo Branco», *Revista de História das Ideias*, 3, Coimbra, 1980.
- Verdelho, Teimo dos Santos — *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, 1981.
- Vianna, António — *Apontamentos para a história diplomática contemporânea. I — A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona*, Lisboa, 1901. (Também publicado antes n' *O Instituto*, vols. XLV e XLVI, 1898 e 1899).

Martinhada ⁽⁸⁾ — Tentativa militar revolucionária que teve lugar em Lisboa entre 11 e 17 de Novembro de 1820. Desde cedo que entre o sector militar — passados os primeiros entusiasmos do movimento levado a cabo em grande parte por eles em 24 de Agosto de 1820 — surgiam sinais de discórdia. Alguns desses militares frequentavam um clube (sito na Rua de S. Francisco) onde discutiam os actos do governo. Mas os sócios deste clube não eram unânimes quanto

(8) Como é óbvio o nome ficou a dever-se ao facto do movimento se ter efectuado no dia de S. Martinho.

Insurreições e Revoltas em Portugal

aos fins que os moviam: uns (os oficiais de baixa patente) pensavam e defendiam a liberdade máxima; outros pensavam e defendiam uma supremacia da arma. Os primeiros queriam proclamar a Constituição espanhola de 1812 e os segundos aceitavam esta proclamação não porque os seus sentimentos liberais fossem tão puros, mas por considerarem que ao fazê-lo, mais depressa se instauraria a desordem entre os liberais e então eles assumiriam o comando. Estes militares estão em sintonia com a Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, ou melhor, com o seu juiz do Povo João Alves que foi quem deu o primeiro sinal do movimento revolucionário, expresso no ofício datado de 28 de Outubro de 1820, dirigido ao comandante militar de Lisboa, Gaspar Teixeira, a quem pede protecção em defesa da pretensão para que a eleição de deputados se fizesse pela forma da Constituição espanhola de Cadiz. E logo a 29 de Outubro os militares de Lisboa dirigem à Junta Provisional preparatória das Cortes uma representação nesse sentido, mas esta não acedeu e decreta instruções eleitorais. Ao serem conhecidas estas instruções eleitorais no clube da R. de S. Francisco imediatamente foram contestadas e aí se decidiu pela realização de uma manifestação militar marcada para 11 de Novembro cujo chefe seria Gaspar Teixeira e que também teria o apoio da Casa dos Vinte e Quatro.

No dia 11 a tropa da guarnição de Lisboa armada para combate e comandada por Cabreira coloca-se perto do palácio do governo, ao mesmo tempo que os corpos de artilharia e infantaria se colocam nas imediações ⁽⁹⁾. E Gaspar Teixeira, o estado-maior do movimento, comandantes, oficiais superiores e o Juiz do Povo e Escrivão reunidos no palácio deliberaram:

1 — que se fizesse o juramento das bases da Constituição espanhola com as modificações que as Cortes achassem desde que não fossem menos liberais;

2 — que os membros do governo com as pastas do Reino, Guerra, Marinha, Estrangeiros e Fazenda só tinham voto nos objectos das suas repartições e não podiam acumular com qualquer outro emprego publico;

3 — que se nomeassem mais 4 membros para o Governo: o Conde de Sampaio, Pedro Leite Pereira de Melo, José Manuel Ferreira de Sousa e Castro e Francisco de Sousa Cirne de Madureira;

4 — e que o comando do exército ficaria a cargo de Gaspar Teixeira.

O governo acedeu a estes postulados mas dois dias depois alguns dos seus membros (Braameamp, S. Luís, Fernandes Tomás e Ferreira de Moura) demitiram-se assim como outros oficiais. A opinião pública, a imprensa e as sociedades secretas tentam intimidar Gaspar Teixeira em artigos violentos. E a 17 de Novembro terminou este episódio com as seguintes resoluções saídas de nova reunião do conselho de oficiais superiores no palácio do governo: reintegração dos membros do governo demitidos, eleições gerais segundo o método da Constituição espanhola e execução temporária da Constituição de 1812.

(9) Entre a população que assistia à parada encontravam-se os redactores do jornal «Patriota» (João Pedro Norberto Fernandes e Henrique Daniel Wencke) e do «Cidadão Literato» (António Luís de Seabra) que foram os responsáveis pela palavra de ordem «viva a Constituição portuguesa, mais liberal que a espanhola» segundo confessou o futuro Visconde de Seabra, que mais tarde seria contactado pelo governo para redigir o próprio decreto das instruções eleitorais.

Revoltas e Revoluções

Gaspar Teixeira e outros oficiais foram demitidos e mandados sair de Lisboa.

Bibliografia ⁽¹⁰⁾ :

- Arriaga, José d' — *Historia da revolução portugueza de 1820, cit. Astro da Lusitania*, n.ºs 8 e 20, Lisboa, Novembro de 1820.
Dias, Graça e J. S. da Silva — «O vintismo da gestação ao colapso», *cit.*
Medeiros, Filipe Arnaud de — *Reflecções feitas sobre os acontecimentos do dia 11 por...*, Lisboa, 1820.
Portuguez Constitucional, suplemento ao n.º 44, Lisboa, Novembro de 1820.
Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes da Nação Portugueza... cit.*, tomo I.
Soriano, Simão J. da Luz — *Historia da guerra civil...*, *cit.*
Torgal, Luís Reis — *A contra-revolução durante o período vintista. Notas para uma investigação*, Coimbra, 1978.

1821

«*Tumultos no país*» — Em Maio de 1821 a Regência do Reino — para prevenção de tumultos provocados por «partidas de homens armados» junto à fronteira — envia uma circular aos generais das províncias do Minho, Trás-os-Montes, Beira, Alentejo, Reino do Algarve e ao governador da praça de Eivas. Essas «partidas» são as guerrilhas em actuação.

Bibliografia:

- Diario da Regencia*, n.º 113, Lisboa 14 de Maio de 1821 e n.º 115 de 16 de Maio de 1821.
Ver também a que é indicada em *Revolução de 1820*.

Conspiração do Major Pimenta — Na realidade não houve qualquer movimento revolucionário mas talvez fosse a insegurança ou o excesso de zelo, se assim o quisermos definir, por parte das entidades governativas portuguesas que temeu a chegada a Portugal do major António Duarte Pimenta, vindo do Brasil onde aí sim conspirava. Quando desembarca no Porto em Julho de 1821 é preso e fica no segredo por 40 dias acusado de se ter apresentado em Portugal vindo do Rio sem os documentos competentes. É a imprensa da época que sugere a «conspiração» falando na «enigmática vinda do major ao novo Portugal» e descrevendo como foi preso e conduzido ao Castelo de S. João da Foz «por maquinações contra o sistema constitucional». Em 22 de Agosto de 1821 o major Pimenta dirige uma representação justificativa ao Congresso, cuja Comissão da Constituição foi de parecer que devia ser libertado e julgado em Conselho de Guerra. Um mês depois em 22 de Setembro, por decisão do Supremo Conselho de Justiça é absolvido. Mas como veremos

(10) Apenas se indica a mais importante pois o leitor deverá recorrer também à que foi indicada em *Revolução de 1820* e na orientação geral. Note-se que os dois jornais que aqui se apresentam são apenas um exemplo da amplitude que o movimento tomou e de que a imprensa se fez eco.

Insurreições e Revoltas em Portugal

é provável a sua participação no movimento conspirativo pois, em 1822, é preso por estar implicado na *Conspiração da Rua Formosa*.

Bibliografia:

Entre os muitos jornais salienta-se o *Patriota Portuense* n.ºs 158, 164, 183, 187, 207, 240 e 248 de Julho a Outubro de 1821; e o *Diário da Regenda*, n.º 147, 23 de Junho de 1821.

Pimenta, António Duarte — *Diferentes periodos da vida do major Pimenta*, Bruxelas, 1842.

Ver também a bibliografia indicada em *Revolução de 1820*.

1822

Conspiração da Rua Formosa — Momento pouco claro na história da Revolução Vintista pois desde logo houve quem negasse a sua existência. O que não podemos esquecer é que estava em marcha uma certa actividade conspiradora contra o regime constitucional liderada pela rainha Carlota Joaquina, pelo infante D. Miguel e por alguns nobres e oficiais do exército. O governo tem noticia da conspiração que se preparava e pede autorização ao Congresso para actuar. Em sessão de 29 de Abril de 1822 as Cortes concedem ao governo a autorização requerida e são logo feitas algumas prisões ao mesmo tempo que foram mandados sair de Lisboa o brigadeiro Teles Jordão, o prior-mor da ordem de Cristo José Teles da Silva e o prior de Guimarães. Na noite de 31 de Maio para 1 de Junho são feitas novas prisões de alguns indivíduos que saíam da imprensa que existia na rua Formosa, em Lisboa. Aí são encontradas proclamações prontas para serem lançadas em circulação onde se subentendia: a dissolução das Cortes e convocação das antigas com duas câmaras; a deposição do rei D. João VI e sua substituição pelo infante D. Miguel e até o assassinato de alguns membros quer das Cortes quer do Governo. Os presos ficaram distribuídos por cadeias diferentes. Na Cadeia da Cidade: António da Silva Malafaia (capitão); José Joaquim Simões (tenente); José Luís Pinto de Queirós (oficial de secretaria). Na Cadeia da Corte: Januário da Costa Neves (dono da imprensa); João Rodrigues da Costa Simões (oficial da mesma) e Joaquim Maria Torres (administrador da mesma). Na cadeia do Castelo: Bernardino Rodrigues (capitão do reg. inf. 16); António Duarte Pimenta (major) e Francisco de Alpoim Menezes. Na torre de S. Julião: D. Gil Eannes da Costa de S.^a Macedo Mesquitel (capitão do reg. inf. 4) e Manuel de Freitas Paiva (capitão de artilharia). Talvez porque os chefes da conspiração fossem a Rainha e seu filho o que é certo é que a acção da Justiça se arrastou lentamente e por isso ficaram impunes quase todos os envolvidos no movimento.

Bibliografia:

Araujo, Barbosa — *Allegação em defesa dos chamados conspiradores da rua Formosa pelo advogado da Casa da Suplicação*, Lisboa, 1823.

Arriaga, José d' — *Historia da Revolução Portuguesa de 1820 cit. Diário do Governo*, n.º 129 de 2 de Junho de 1822; n.º 130 de 4 de

Revoltas e Revoluções

Junho de 1822 e n.º 170 de 22 de Julho de 1822.

Dias, Graça e J. S. da Silva — «O vintismo da gestação ao colapso» in *Os Primórdios da Maçonaria... cit.*

«Lista dos nomes dos presos da Conspiração da Rua Formosa com a declaração da cadeia em que se achão e das cazas em que cada hum estão nas ditas cadeas», *Ministério da Justiça*, Maço 580, n.º 5 (A.N.T.T.).

Soriano, Simão José da Luz — *História da Guerra Civil... cit.*

Torgal, Luis Reis — *A contra-revolução durante o período vintista... cit.*

Motins dos Regimentos de Infantaria 24 e 10 — Têm lugar em Lisboa em Julho de 1822 com a tropa aquartelada no Castelo de S. Jorge. Sepúlveda é prevenido de que sob pretexto de requererem as suas baixas alguns soldados do regimento 24 tentavam fazer um motim. O mesmo aconteceu com o regimento 10.

Bibliografia:

Diário do Governo, n.º 158 de 8 de Julho de 1822.

Motins em Castelo Branco e S. Miguel d'Acha — Têm lugar em Agosto de 1822 e são motivados por processos irregulares cometidos nas eleições para deputados. Segundo informação colhida no *Diário do Governo* sabe-se que fora de Lisboa para S. Miguel d'Acha (povoação no distrito de Castelo Branco) o P.º Pedro Gonçalves que unido a outros eclesiásticos terão seduzido os votantes e riscado das listas outros nomes, o que terá provocado o motim.

Bibliografia:

Diário do Governo, n.º 202 de 28 de Agosto de 1822.

1823

Rebelião do Conde de Amarante — Em 23 de Fevereiro de 1823 chefiada por Manuel da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, conde de Amarante, inicia-se em Vila Real um movimento de revolta contra-revolucionário a que se uniu a guarnição de Chaves e um regimento de linha o que nos demonstra a adesão do partido absolutista às deliberações do Congresso de Verona: era preciso travar o processo liberal. Em 25 do mesmo mês a Câmara do Porto em reunião extraordinária decidiu, entre outras medidas e para evitar a propagação dos actos de cariz contra-revolucionário de Vila Real, desterrar para 10 léguas de distância o visconde de Balsemão e seu filho, José Ribeiro Viana, Domingos Pedro da Silva Souto e Freitas, José Joaquim de Carvalho e José Luís Coelho Monteiro. Em Lisboa, o «Soberano Congresso» dá conta destas manobras que repudia vivamente assim como o fazem as sociedades patrióticas. O governo decide enviar o marechal de campo Luís do Rego Barreto à frente das tropas constitucionais contra o Conde de Amarante a quem derrota e obriga a refugiar-se em Espanha, embora por pouco tempo, pois,

Insurreições e Revoltas em Portugal

como se verá (*Vilafrançada*) esta acção do Conde de Amarante é já um prenúncio directo da mudança política que estava para se dar na península. Refira-se ainda que esta revolta (liderada pelo Conde de Amarante auxiliado por outro militar Gaspar Teixeira de Magalhães, e outros) não teve eco nas províncias do Norte; os povos no geral conservaram-se indiferentes ao movimento e daí ter sido fácil às tropas constitucionais vencer o Conde e suas tropas e obrigá-las a refugiarem-se em Espanha. O governo para consolidar a liberdade ameaçada mandou formar na Beira um exército de observação. E na madrugada de 27 de Maio o regimento de infantaria 23 (que era um dos corpos destinados a formar aquele órgão) encaminhou-se para a Beira, mas quando chegou a Vila Franca revoltou-se (ver *Vilafraneada*).

Bibliografia:

- Arriaga, José d' — *Historia da revolução portuguesa de 1820*, cit. *Diário do Governo*, Supplemento ao n.º 51 de 28 de Fevereiro de 1823 e supl. ao n.º 53 de 3 de Maio de 1823.
- G. X. S. (Luís do Rego Barreto) — *Elogio historico...*, cit.
- Marques, João — *José da Silva Tavares e a actividade contra-revolucionária no período do liberalismo*, Póvoa do Varzim, 1975.
- Melo, M.ª Cândida C. S. G. de Sampaio — *O pensamento contra-revolucionário na imprensa portuguesa*, diss. de lie., Coimbra, 1967.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, (tomo I), cit.
- Soriano, Simão José da Luz — *História da guerra civil...*, cit.
- Torgal, Luís Reis — *A contra-revolução durante o período vintista...*, cit.

Vilafrançada — Sublevação militar contra-revolucionária chefiada por D. Miguel e que contou com o apoio do regimento de infantaria 23 sob o comando do brigadeiro Sampaio, do general Pamplona e ainda do general Sepúlveda que se reuniram em Vila Franca de Xira a 29 de Maio de 1823. Em Lisboa ficara o regimento de infantaria 18 que também partirá com D. João VI para Vila Franca a 30 de Maio. Aí este é aclamado rei absoluto sem haver qualquer confrontação militar. A «campanha da poeira», nome que também identifica o movimento, fez-se unicamente com uma concentração de tropas sem qualquer derrame de sangue. As Cortes em Lisboa suspenderam os seus trabalhos a 2 de Junho, isto é, dissolveram-se. E o rei em Vila Franca nomeia outro executivo dando a D. Miguel o comando do exército, restituindo à Rainha as prerrogativas que lhe tinham sido tiradas (desde o momento em que se recusara jurar a Constituição), os bens ao Conde de Amarante e mandando soltar os presos por motivos políticos. A 3 de Junho o rei prometia uma nova Constituição e a 5, já em Lisboa no *Te Deum* celebrado em acção de graças, é aclamado.

Com a *Vilafrançada* terminava o 1.º período liberal português.

Bibliografia:

- Accioly, Hildebrando — «Os movimentos miguelistas de 1823 e 1824», *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 194, Rio de Janeiro, 1948.

Revoltas e Revoluções

- Ameal, João — «D. Miguel e a Vilafrancada», *Congresso do Mundo Português*, vol. VIII, Lisboa 1940.
- Arriaga, José d' — *Historia da revolução portuguesa de 1820*, cit.
- Bragança, Nuno de — «Revolução e Contra-Revolução em 1820», *Tempo e o Modo*, 36, Lisboa, 1966.
- Chaves, Francisco de Sá — *Subsídios para a história militar das nossas lutas civis (As Campanhas de meu pai)*, 2 vols., Lisboa, 1914 e 1918.
- «Documentos relativos à Vilafrancada», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.ºs 4 e 5, 1934, 1935.
- Revolução anticonstitucional em 1823, suas verdadeiras causas e efeitos*, publicado pelos editores do Popular, jornal português em Londres [AA = Francisco Simões Margiochi e José da Silva Carvalho?], Londres, 1825.
- Sá, Victor de — «O golpe de Estado da Vilafrancada (1823)», *O Comércio do Porto*, 25 de Março de 1969.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, t. I., cit.
- Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil...*, cit.
- Torgal, Luís Reis — «A contra-revolução no Portugal vintista (1820-1823). Notas sobre a sua imprensa», *Estudos Contemporâneos*, 1, Porto, 1980.
- Viana, António — «A Revolução de 1820 e o Congresso de Verona», *O Instituto*, vols. XLV e XLVI, 1898-1899.

Conspiração de Eivas — Foi projectada para se realizar em 24 de Agosto de 1823, em Eivas, uma conjura de cariz liberal contra o novo governo saído da *Vilafrancada*. Entravam nela alguns corpos militares e outros, e o seu mentor era um militar: António Figueira de Almeida «muito conhecido em Lisboa por ter sido um dos grandes favoritos do ex-ministro José da Silva Carvalho» e que fora removido de Lisboa para Eivas em Junho de 1823 por ordem do governo. Nesta conspiração, que se gorou por ter sido interceptada correspondência reveladora, houve uma estreita colaboração entre liberais portugueses que queriam «fazer uma revolução» e espanhóis e ainda com emigrados portugueses em Badajoz.

Bibliografia:

- «Documentos relativos ao general António Figueira de Almeida», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 12, 1942.

1824

Abrilada — Conspiração militar anti-liberal que tem lugar em Lisboa a 30 de Abril de 1824. O partido absolutista dirigido pela rainha Carlota Joaquina pretende colocar no trono o infante D. Miguel que substituiria D. João VI. Com esse objectivo é assassinado o Marquês de Loulé (ajudante de D. João VI) em 28 de Fevereiro de 1824 e em 29 de Abril procedem a grande número de prisões em nome de D. Miguel. Um dos presos foi o Marquês de Palmeia que foi libertado graças à pronta intervenção do diplomata francês Hyde de Neuville. E Palmeia contando com este apoio e ainda o do corpo diplomático inglês provoca a retirada do rei D. João VI para bordo

Insurreições e Revoltas em Portugal

do navio inglês Windsor Castle, onde se redige uma proclamação e se preparam os decretos necessários quer à deportação de D. Miguel quer à libertação dos presos de 30 de Abril.

Bibliografia:

- Accioly, Hildebrando — «Os movimentos miguelistas de 1823 e 1824», *cit.*
«Cartas político-militares (1823-1834)», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 9, 1939.
«Correspondência de Luís do Rego Barreto para diversos (1823-1824)», *Bol. do A. Histórico Militar*, 5, 1935.
Dias, Pedro A. — *Subsídios para a história política do Porto (1823-1829)*, Porto, 1896.
Martins, Rocha — *A Abrilada (1824)*, Lisboa, s. d.
Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, t. L, *cit.*
Silbert, A. — «Le Portugal, l'Angleterre et la France en 1823-1825: économie et politique», *Revista de História*, 100, S. Paulo, 1974.
Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil...*, *cit.*

1826-1834

Com a morte (suspeita?) de D. João VI tem início um novo período na evolução do liberalismo português. De facto, aquele acontecimento faz desencadear uma crise de sucessão que vai ser o motor de alguns movimentos revolucionários entre 1826 e 1834. Põe-se em causa o direito de D. Pedro à coroa portuguesa, pois que é imperador no Brasil (e o Brasil é independente desde 1822). Por isso D. Pedro abdica na sua filha, D. Maria da Glória, ainda em 1826, a qual só tem 7 anos de idade e anuncia o contrato de matrimónio desta com seu irmão D. Miguel que está exilado em Viena (ver *Abrilada*). Este, no entanto, não deixa de jurar a Carta Constitucional (que fora logo outorgada por D. Pedro em 1826) aí em Viena; e em Julho de 1827 é nomeado pelo irmão D. Pedro, como seu lugar-tenente pelo que regressa a Portugal e em 1828 é aclamado como sucessor ao trono e rei absoluto. Desencadeia-se a revolução liberal no Norte que logo termina e a ela se sucedem perseguições, prisões e a emigração em grande escala. A chamada «questão portuguesa», assim classificada sobretudo pela opinião pública e política estrangeira, é sobretudo uma questão dinástica onde se toma partido por D. Miguel ou por D. Pedro ou sua filha. O que também prova a grande interferência dos países estrangeiros, ao lado dos emigrados, na vida política nacional entre 1828 e 1834. A tese da «usurpação» miguelista é logo enunciada em 1829 no «Manifesto dos Direitos de S.M.F. a senhora D. Maria II», publicado em Londres pelo Marquês de Palmeia e José António Guerreiro O¹). Entretanto, em 1830 constitui-se na ilha Terceira uma regência liberal chefiada por Palmeia. E em 1831 D. Pedro, que é obrigado a retirar-se para a Europa, vem a liderar, a partir da Terceira, uma expedição militar sobre Portugal. Em 1832 é o ⁽ⁱⁱ⁾

(ii) Não têm conta as publicações (jornais, folhetos, livros) em várias línguas feitas no estrangeiro e nos Açores sobre a questão dinástica em Portugal assim como as polémicas que ela desencadeou. Na bibliografia apenas indicamos algumas por serem, julgamos, importantes.

Revoltas e Revoluções

desembarque e o cerco do Porto que dá lugar a uma violenta guerra civil que se estende a todo o país. A batalha da Asseiceira em Maio de 1834, decide a vitória liberal que será legalizada na Convenção de Évora-Monte. E D. Miguel é afastado. (Ver: *Tumultos em Trás-os-Montes; Tentativa de revolta da Guarda Real da Polícia; Rebelião de Algarve e Alentejo; Archotadas; Tumultos miguelistas em Coimbra; Sedição do Porto ou revolta liberal; Belf astada; Tentativa de revolta da Brigada Real da Marinha; Sublevação do 2.º Regimento de infantaria; Tentativa de Sublevação em Lisboa; Cerco do Porto e Guerra Civil*).

1826

Tumultos em Trás-os-Montes — A 21 de Julho de 1826 em Chaves e a 26 em Bragança, a família dos Silveiras que aí exercia grande influência, e vinha desde anos anteriores sustentando uma luta com as instituições liberais, encabeça actos de sedição que logo foram combatidos. Alguns rebeldes são presos mas a maioria consegue fugir para Espanha acompanhada por seus chefes militares (o brig. Francisco Madureira Lobo e o Visconde de Montalegre).

Tentativa de revolta de algumas companhias da Guarda Real da Polícia — Em 21 de Agosto de 1826 alguns oficiais da Guarda Real da Polícia tentam sublevar-se — fazendo revoltar o corpo de cavalaria daquela guarda. Pretendem a morte do rei D. Pedro e a aclamação de um novo rei e nova regência — sem quaisquer efeitos.

Rebelião do Algarve e do Alentejo — Em Outubro e Novembro têm lugar movimentos em favor de D. Miguel. Um dos seus episódios, a revolta de Tavira, além de proclamar D. Miguel nomeia mesmo uma Junta. A luta com as forças liberais dura até 1827.

Bibliografia:

- Almeida, A. Duarte — *Liberais e miguelistas (1817-1834)*, Lisboa, s. d.
Babo, Carlos — *A sombra de D. Miguel*, Lisboa, 19... (sic).
Bandeira, Sá da — *Diário da Guerra Civil*, 2 vols., Lisboa, 1975-1976 (recolha, prefácio e notas de J. Tengarrinha).
Barbacena, Marquês — *Question Portugaise: documents authentiques et officiels*, Brest, 1832.
Barreiros, Eduardo Montufar — *Os papeis de meu pai*, Lisboa, 1904.
Berardo, P.º José de Oliveira — *Revista Historica de Portugal desde a morte de D. João VI ao falecimento do imperador D. Pedro*, 2.ª ed., Coimbra, 1846.
Bollaert, William — *The wars of sucession of Portugal and Spain from 1826 to 1840; with resume of the political history of Portugal and Spain to the present time*, vol. I — *Portugal*, London, 1870.
Borges, José Ferreira — *Observações: sobre um opusculo intitulado «Parecer de dous Concelheiros da Coroa Constitucional sobre os meios de restaurar o governo representativo em Portugal»*, Londres, 1832. (Ver: Ferreira, Silvestre P.).
Browne, John Murray — *An historical view of the Revolution of Portugal since the close of the Peninsular War, exhibiting a full account of the events*, s. 1., 1827.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Cabral, Francisco Alberto da Costa — *Notas de um bibliófilo. I — Liberais e absolutistas. Antecedentes de uma polémica sangrenta*, Lisboa, 1932.
- Carvalho, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea, cit.*
- Carvalho, José Liberato Freire de — *Ensaio Historico-Politico sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*, Lisboa, 1843.
- Carvalho, José Liberato Freire de — *Memorias com o titulo de Anais para a historia do tempo que durou a usurpação de D. Miguel*, 4 vols., Lisboa, 1841-1843.
- Chaves, Francisco José de Oliveira Sá — *Subsídios para a história militar das nossas lutas civis (As Campanhas de meu pai)*, vol. II, *cit.*
- Claro, António — *O Pelourinho, crítica da nossa história política...*, *cit.*
- Comissão Municipal Republicana — *Oitenta annos de constitucionalismo outhorgado: 1826-1905*, Lisboa, 1905.
- Costa, M. Gonçalves da — *Lutas liberais e miguelistas em Lamego (documentos inéditos)*, Lamego, 1975.
- Coutinho, António Xavier da Gama — *D. Pedro e D. Miguel na génese do seu ciclo histórico*, Porto, 1943.
- Cruz, M. Braga da — «Memórias de Braga», *Bracara Augusta*, 29, 1975.
- Fernandez Martin, Luiz — *El general Don Francisco de Longa y la intervención española en Portugal: 1826-1827*, Viscaya, 1954.
- Ferrão, António — *Reinado de D. Miguel*, Lisboa, 1940.
- Ferreira, Silvestre P. e Castro, Filipe Ferreira de Araújo e — *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal por dois conselheiros da Coroa constitucional*, Paris, 1831 (ver Borges, José Ferreira).
- Gaio, António da Silva — *Mário. Episódios das lutas civis portuguesas de 1820 a 1834*, 2 vols., Porto, 1965.
- Junior, Manuel Rodrigues Simões — *As lutas liberais e absolutistas — antecedentes de uma polémica sangrenta*, Lisboa, 1932.
- Junior, Manuel Rodrigues Simões — «As Lutas Liberais em Arouca», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 132, Out.-Dez., 1967.
- Langhans, F. P. de Almeida — *Portugal na política de Palmerston*, Lisboa, 1954.
- Lima, Hugo Pires de — *Os processos políticos do reinado de D. Miguel* ed. por..., Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 28, 1972.
- Lima, Manuel de Oliveira — *D. João VI no Brasil*, 3 vols., Rio de Janeiro, 1945.
- Lima, Manuel de Oliveira — *D. Miguel no trono (1828-1833)*, Coimbra, 1933.
- Lima, Manuel de Oliveira — *D. Pedro e D. Miguel. A questão da sucessão (1826-1828)*, S. Paulo, 1925.
- Lima, Marcelino — *A loucura do ideal: miguelistas e liberais na ilha do Faial*, Lisboa, 1931.
- Loureiro, José Pinto — «As lutas liberais em Coimbra — Subsídios para a sua história», *Arquivo Coimbrão*, X e XI.
- Magalhães, Félix Pereira de — *Apontamentos para a historia diplomatica desde 1826... até 1834*, Lisboa, 1871.
- Manique, Francisco António Pina — *Portugal desde 1828 a 1834*, Lisboa, 1872.

Revoltas e Revoluções

- Martins, Rocha — «Um interessante documento das lutas constitucionais num pequeno povo do Algarve», *Arquivo Nacional*, Ano III, 134, Lisboa, 1934.
- Melo, Ernesto de — *Chamorros e corcundas: episódios das lutas liberais*, Penafiel, 1929.
- Monteiro, J. Maria de Sousa — *Historia de Portugal*, cit.
- Moral Ruiz, Joaquim del — *Realistas, miguelistas, y liberales. Contribución al estudio de la intervención española en Portugal (1826-1828)*, Barcelona, s. d.
- Napier, Carlos — *Guerra da sucessão em Portugal pelo almirante...* (trad. port. de Manuel Joaquim Pedro Codina), Lisboa, 1841.
- «Notícia d'alguns successos mais notáveis que podem servir de elementos á Historia geral da guerra da legitimidade em Portugal com detalhes», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.^{os} 9 e 11, 1939 e 1941.
- Onrubia y Rivas, Jose Maria — «Paralelismo de la introducción y vicisitudes del liberalismo en España y Portugal...», *Cong. do Mundo Português*, VIII, Lisboa, 1940.
- Passos, Carlos de — *D. Pedro IV e D. Miguel I, 1826-1834*, Porto, 1936.
- Questão portuguesa*, Lisboa, 1827.
- Reis, A. do Carmo — *O liberalismo em Portugal à reconquista do poder*, Vila do Conde, 1982.
- Rezende, Marquês de — *Eclaircissements historiques sur mes négociations aux affaires du Portugal, depuis la mort du roi Jean VI...*, Paris, 1832.
- Sampaio, Luís J. de — *Question portugaise — Documents authentiques et officiels concernant les affaires du Portugal depuis 1824 jusqu'à 1829, traduits en français par... emigré portugais*, Brest, 1832.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, (vols. 2, 4, 5, 6 e 7, 1826-1830), cit.
- Siebertz, Paulo — *A Maçonaria na luta pelo poder. D. Miguel lea sua época*, Porto, 1944.
- Silveira, Mouzinho da — «Memoria acerca do restabelecimento da Carta Constitucional e do trono de D. Maria II», *Ler Historia*, 2, 1983.
- Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil...*, cit.

1827

Archotadas — Rebelião popular contra o governo por este ter demitido o general Saldanha (João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun) do lugar de secretário de estado dos negócios da guerra. Foi uma manifestação pública que teve lugar em Lisboa entre 24 e 27 de Julho de 1827 para que Saldanha fosse reintegrado naquele lugar e que foi levada a efeito por alguns amigos que durante aquelas noites e à luz de archotes se manifestaram lançando «vivas» à Carta, a Saldanha e até à República, e «morras» às autoridades (não esqueçamos que D. Pedro, confiara a regência a D. Miguel). Estas manifestações também se realizaram noutros locais do País, e terminaram com a prisão de alguns manifestantes.

Bibliografia:

- Gazeta de Lisboa*, de 27 de Julho de 1827.
- Monteiro, J. M. Sousa — *História de Portugal...*, cit.

Insurreições e Revoltas era Portugal

Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, t. V, *cit.*

Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil...*, *cit.*

1828

Tumultos miguelistas em Coimbra — Em 25 de Abril de 1828 (data do aniversário de Carlota Joaquina) aproveitaram os miguelistas de Coimbra para aclamarem D. Miguel como rei absoluto. Participaram neste movimento o bispo de Coimbra (D. Joaquim Nazaré), o vice-reitor da Universidade (António Pinheiro de Azevedo e Silva), o juiz do Povo (o alfaiate Joaquim Baptista) entre outros. Houve sermões na Sé Catedral por Fr. Fortunato de S. Boaventura e pelo cónego de St.^a Cruz (D. Francisco do Coração de Maria) contra o partido liberal, acompanhados de *Te Deum* e procissão.

Bibliografia:

O *Conimbricense* de 1887, n.º 4139.

Revolta liberal no Porto — Também conhecida por Sedição do Norte tem início a 16 de Maio de 1828 a revolta liberal contra D. Miguel e a favor da Carta e de D. Pedro. A iniciativa do movimento foi militar, mas nele colaboraram outras pessoas: uma parte do exército e dos habitantes do Porto insurreccionou-se a 16 de Maio e a 24 procedeu-se, na Câmara, à eleição de uma Junta Provisória encarregada de defender a legítima autoridade de D. Pedro. Durou cerca de 47 dias (de 16 de Maio a 2 de Julho de 1828) e terminou com a dissolução da Junta e regresso dos generais que vindos de Inglaterra colaboraram no movimento (ver *Belf astada*). Em Junho o ambiente era já o de guerra civil com dois pólos governativos: D. Miguel em Lisboa e D. Pedro no Porto.

Note-se que, antecipando-se ao Porto, já Aveiro na noite de 15 para 16 de Maio se revolucionara através do seu Batalhão de Caçadores 10 que imediatamente seguiu para o Porto onde se integrou nas forças revolucionárias.

Em Lisboa assim que chegou a notícia do movimento o governo tomou desde logo medidas de represália: mandou prender grande número de pessoas suspeitas de serem liberais; ordenou o bloqueio à barra do Porto; criou 4 batalhões de voluntários e fez avançar sobre Leiria uma brigada de vários corpos militares sob o comando do general Póvoas (Alvaro Xavier da Fonseca). O primeiro combate entre absolutistas e constitucionais teve lugar perto de Coimbra em Cruz de Morouços a 24 de Junho e de tal modo foi confuso que ambas as partes em contenda se julgaram vencedoras.

Quando chega ao Porto a notícia que as tropas liberais retiravam de Coimbra, desembarca em Matosinhos um «exército constitucional» vindo de Inglaterra em auxílio dos liberais, mas não foi auxílio suficiente como veremos (*Belf astada*).

Belfastada — Com este nome ficou conhecido o movimento que pôs fim à revolta liberal do Porto que se iniciara a 16 de Maio de 1828. Inserido na luta contra D. Miguel, vinha de Inglaterra o auxílio de liberais emigrados que de bordo do *Belfast* se dirigiram para o campo da luta em 3 de Julho. O navio trazia de Londres as principais figuras do partido liberal que estavam emigradas e que vinham coman-

Revoltas e Revoluções

dadas por Palmeia. Mas não chegaram a prestar qualquer auxílio pois quase acto contínuo o navio retirou-se para a Galiza. De novo D. Miguel vence e tinha também início uma época de terror, de perseguições, prisões e alçadas. Ficou famosa a Alçada do Porto (entre 14 de Julho de 1826 e 25 de Novembro do mesmo ano, foram presos, julgados e condenados os liberais comprometidos na revolta de 16 de Maio).

Bibliografia:

- Aguiar, Albino Pimenta d' — *Lembranças para a historia da Junta do Porto*, Paris, 1829.
- Carvalho, J. M. de — «Episódios da revolta liberal de 1828», *O Conimbricense*, n.º 2673, 1873.
- Castro, José da Gama e — *Diário da emigração para Itália*, Lisboa, 1933. (Ver: Torgal, Luís Reis — *Tradicionalismo...*).
- Dias, Pedro A — «A revolta de 16 de Maio de 1828», *O Tripeiro*, 69, 1910.
- Dias, Pedro A. — *Subsídios para a história política do Porto, 1823-1829*, Porto, 1896.
- Lago, António Bernardino Pereira do — *Cinco anos d'emigração na Inglaterra, na Bélgica e na França*, Lisboa, 1884.
- Maia, Joaquim José da Silva — *Memorias historicas, politicas e philosophicas da revolução do Porto e dos emigrados portugueses pela Hespanha, Inglaterra, França e Bélgica*, obra posthuma de..., Rio de Janeiro, 1841.
- Martins, Rocha — *Palmella na emigração: estudo sobre cartas inéditas*, Lisboa, 1915.
- Nemésio, Vitorino — *Exilados (1828-1832). Historia sentimental e política do liberalismo na emigração*, Lisboa, s. d.
- Neves, Francisco Ferreira — *A revolução liberal de 1828. Cartas históricas*, Aveiro, 1970.
- Relação das pessoas que notoria e indubitavelmente tomaram parte na nefanda rebellião que teve principio na cidade do Porto em 16 de Maio de 1828*, Lisboa, 1828.
- Rocha, João Bernardo da — *Apostillas á enormissima sentença condemnatoria que sobre o supposto crime de rebellião, sedição e motins foi proferida em Lisboa aos 26 de Fevereiro de 1829 e ahí executada a 6 de Março seguinte*, Londres, s. d.
- Rocha, João Bernardo da — *Os suppUciados na Praça Nova nos dias 7 de Maio a 9 de Outubro de 1829*, Porto, 1878.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia...*, tomos 4, 5 e 6, *cit.*
- Seco, A. L. S. Henriques — *Memórias do tempo passado e presente...*, *cit.*
- Sola, Luiz de Castro e — «A revolta liberal de 1828 (Novos aspectos)», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 36, 1981.
- Torgal, Luís Reis — *Tradicionalismo e contra-revolução. O pensamento e a acção de José da Gama e Castro*, Coimbra, 1973.
- Urcullu, D. José de — *Historia dos principais acontecimentos militares de Portugal desde a chegada de D. Miguel a Lisboa em 1828 até ao seu embarque em 1834*, Porto, 1837.
- [Veloso, Pedro da Fonseca Ferrão] — *Collecção de listas que contem os nomes das pessoas que ficaram pronunciadas nas devassas sumarias a que mandou proceder o governo usurpador depois da revolução que rebentou no Porto a 16 de Maio de 1828 pelo bacharel...*

Insurreições e Revoltas em Portugal

Viana, António — *Apontamentos para a história contemporânea*, t. III — *A Carta e a reacção*, Lisboa, 1958.

1829

Tentativa de revolta no quartel da Brigada Real da Marinha — Em 9 de Janeiro tem lugar em Lisboa promovida por alguns militares liderados pelo brigadeiro Moreira, uma revolta que logo foi dominada pelas forças miguelistas. O governo instaurou processos aos revoltosos que foram presos para o Castelo de S. Jorge e depois condenados, uns à forca, outros ao degredo.

Bibliografia: (a que foi indicada em tumultos sobre a sucessão, 1826-28 e revolta liberal no Porto).
Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, tomo 6, czt.

1831

Tentativa de Sublevação em Lisboa — Plano revolucionário pensado entre militares e civis liberais para derrubar o governo absolutista de D. Miguel. Na noite de 7 para 8 de Fevereiro de 1831 ouviram-se em Lisboa «vivas» à Carta Constitucional e à Rainha D. Maria II. A polícia que tinha uma grande rede de espões e tivera conhecimento desse movimento conseguiu malográ-lo. Nunca se vieram a saber os chefes desta tentativa, pelo que as sentenças só vieram a recair em indivíduos de modestas condições.

Bibliografia: a que foi indicada na rubrica anterior.

Sublevação do 2.º regimento de Infantaria — Movimento revolucionário que teve lugar em Campo de Ourique. Na noite de 21 de Agosto de 1831, por um acordo entre vários corpos da guarnição de Lisboa assentou-se que o 2.º regimento (que era o 4 de infantaria) seria o primeiro a sublevar-se contra D. Miguel. Assim fizeram os cerca de 800 homens que o compunham, os quais depois de algumas escaramuças se dirigiram para o Rossio, onde vieram a ser derrotados pelo exército absolutista, mas em ambas as partes houve grandes baixas.

Bibliografia: a mesma que foi indicada nas rubricas anteriores.

1832-1833

Cerco do Porto e Guerra Civil — Como já vimos D. Pedro nos Açores assume a regência de Portugal em nome de sua filha, e chefia a expedição liberal que daí parte vindo a desembarcar no Porto a 8 de Julho, mais propriamente numa praia perto do Mindelo, e inicia a sua ocupação não encontrando qualquer resistência. Mas isto não significou ausência de lutas entre as forças liberais e as miguelistas pois em breve tem início uma guerra civil que desde o Outono de 1832 vai desenrolar-se por todo o país: em 1833 é a expedição liberal

Revoltas e Revoluções

ao Algarve; a Lisboa que é ocupada a 24 de Julho de 1833 e no Alentejo, em Portalegre e Castelo de Vide principalmente, têm lugar dois levantamentos liberais, também em Julho de 1833 que as forças realistas de D. Miguel obrigam a dispersar. A guerra civil vem a terminar na Batalha da Asseiceira (16 de Maio de 1834) com a vitória dos liberais. E a Convenção de Évora-Monte, a 26 de Maio legaliza essa vitória liberal, dando-se assim início a um novo período.

Bibliografia:

- Alexander, James Edward — *Sketches in Portugal during the civil war of 1834*, Londres, 1835.
- Almanaque do Exército* (anos de 1830, 1831 e 1833).
- Breve notícia da expedição do exercito do Duque da Terceira sobre o reino do Algarve em 1833*, Lisboa, 1851.
- «Convenção de Évora-Monte», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.ºs 9 e 11, 1939 e 1941.
- «Diário de Rodrigo Pinto Pizarro, 1828-1834», *O Conimbricense*, 1902, (números já citados).
- «Documentos de Marvão nas Campanhas de Liberdade em 1833», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 5, 1945. (Ver: Lima, Henrique Ferreira...).
- Galego, Francisco Pereira — «Campo Maior. Reflexões locais da implantação do liberalismo», *História e Sociedade*, n.ºs 2-3, 1979.
- Guimarães, Delfim — *O cerco do Porto em 1832 para 1833*, Porto, 1840.
- Historia abreviada dos acontecimentos do cerco da cidade do Porto durante os anos de 1832 e 1833*, Lisboa, 1834.
- Lima, Henrique de C. Ferreira — *Marvão nas campanhas da liberdade*, Estremoz, 1934 (ver: Documentos de Marvão...).
- Lopes, João Baptista da Silva — *Istoria do captiveiro dos prezos d'Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa durante a desastrosa época da usurpação do legitimo governo constitucional de Portugal*, 4 vols., Lisboa, 1833-1834. (Edição recente em 1985).
- Mémoires sur le Portugal depuis 1823 jusqu'en 1832*, Lisbonne, 1832.
- Memorias para a historia do reinado do senhor D. Pedro IV como rei da monarchia portugueza e como regente em nome da Rainha D. Maria II*, Lisboa, 1834.
- Owen, Hugh — *O cerco do Porto...*, *cit.*
- Owen, Hugh — *A guerra civil em Portugal, o sitio do Porto e a morte de D. Pedro*, Londres, 1836.
- Palma, Joaquim Plácido Galvão — *Parabéns aos fieis portuguezes pelo seu heroico resgate e para que seja duradouro e consolidado o novo pacto social*, Coimbra, 1834.
- Passos, José e Manuel da Silva — *Breve razoamento a favor da liberdade do sistema e da excellente senhora D. Maria II*, Paris, 1832.
- Passos, José e Manuel da Silva — *Courtes remarques sur la brochure de M. Alexandre Delaborde: intitulé voeu de la justice et de l'humanité en faveur de l'expédition de don Pedro*, Paris, s. d.
- Repenicado, Antonio Vicente de Sousa — «Acontecimentos políticos, administrativos, sociais e outros da notável vila de Castelo de Vide», *Terra Alta*, n.ºs 281 a 397, Castelo de Vide, 1965.
- Soriano, Simão José da Luz — *Historia do Cerco do Porto*, 2 vols., Porto, 1889 e 1890.
- Soriano, Simão José da Luz — *Historia da guerra civil...*, *cit.*

Insurreições e Revoltas em Portugal

- St. Pardoux, Barão de — *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834: relação dos principaes acontecimentos e das operações militares desta guerra*, Lisboa, 1836.
- Suarce, Baron de — *Journal de Vexpedition des Algarves sous le commandement du Marechal Duc de Terceira: année 1833*, Paris, 1834.
- Ventura, Antonio — *As guerras liberais em Portalegre (Junho-Julho de 1833)*, Portalegre, 1982.
- Vieira, João Augusto Novais — *O Senhor Dom Miguel lea Senhora Dona Maria II. Comparações. Reflexões. Desengano*, Porto, 1852.
- Webster, C. K. — *Palmerston and the liberal movement*, s. 1., 1830-1841.

1834-1838

O liberalismo é vitorioso em 1834 após um longo período de guerras e tenta consolidar-se: já em 1832 se iniciara o movimento reorganizador da vida nacional (legislação de Mouzinho da Silveira) que agora em 1834 ganha novo ímpeto (legislação de Agostinho José Freire e de Joaquim António de Aguiar). D. Maria II era rainha desde Setembro (pela morte de seu pai, o regente D. Pedro) e D. Miguel fora afastado da sucessão ao trono português. A Carta Constitucional estava em vigor. Mas logo em 1836 esta aparente estabilidade da vida política é posta em causa por sectores mais avançados da ala liberal, os «setembristas» (ou seja os defensores da Constituição de 1822 e de uma radicalização do processo liberal) que contra os «cartistas» (ou seja os defensores da Carta e de D. Maria II) desencadeiam movimentos de revolta que representam a agudização das tensões entre os dois campos. Formam-se as guardas-nacionais, as guerrilhas e os batalhões como novos instrumentos de luta. E também um período de crise em que o factor religião é aproveitado politicamente — é o cisma que se instala na sociedade portuguesa. Trataremos em capítulos finais destas rubricas.

(Ver: *Revolução de Setembro, Belenzada, Conspiração das Mar-notas, Revolta dos Marechais e Massacre do Rossio ou Motins do Arsenal*).

1836

Revolução de Setembro — Consequência do «devorismo»⁽¹²⁾ de 1834 é o conflito que tem lugar em Lisboa a 9 e 10 de Setembro de 1836. No poder estava o partido dos «amigos de D. Pedro». Os revoltosos, na sua grande maioria, elementos da recém-criada guarda-nacional, pretendem uma substituição do governo e para isso preparam uma manifestação de contestação aproveitando o momento da chegada a Lisboa dos deputados do Norte. E a 9 de Setembro o navio que trazia aqueles deputados entra no porto de Lisboa onde havia gente que logo lançou «vivas» à Constituição de 1822 e «morras» ao governo. Os heróis do dia eram os chefes da guarda nacional:

(12) A expressão refere-se ao modo como foi feito o processo de transferência da propriedade, i. é, ao modo como se fez a aquisição dos bens de mão-morta a baixo preço pela burguesia ç aristocracia liberais, e foi vulgarizada por O. Martins.

Revoltas e Revoluções

Francisco Soares Caldeira, Ricardo José Rodrigues França, Leonel Tavares Cabral e Vicente Gonçalves Rio Tinto. Perto da noite, os grupos dispersaram-se como nada se tivesse passado, mas surge a guarda nacional que agora se apresentava organizada e dirigida por Soares Caldeira, para completar a manifestação da tarde. O ponto de reunião da guarda foi a Patriarcal Queimada (hoje Príncipe Real) onde depois de se formarem as guardas se dirigiram para o Rossio. O governo já não consegue travar o movimento que está em marcha e assim a «revolta» triunfa sem haver um único tiro. O ministério demitiu-se e outro se formou com o novo ministro do Reino Passos Manuel.

Belenzada — Um dos episódios mais interessantes da revolução de Setembro foi a reacção de Belém, ou a Belenzada, dirigida pela rainha contra o ministério setembrista de Passos Manuel entre 2 e 4 de Novembro de 1836. A rainha aceitara a Constituição de 22, que iria ser agora reformada, com algumas reservas, pelo que o ministério colocou a guarda nacional de prevenção contra um possível golpe. D. Maria participa ao Conde de Lumiares (presidente do Conselho de Ministros) que quer partir para Belém declarando que não pretende que haja intervenção estrangeira nem que vai fazer a contra-revolução. Por este motivo o ministério mandou destroçar alguns dos batalhões que estavam em prevenção. Mas já em Belém a rainha convoca alguns ministros e os governadores civil e militar de Lisboa. Para lá também se dirigiram, embora sem ordens ministeriais, alguns corpos de linha. Outros ministros reunidos em casa de Passos Manuel resolvem mandar a Belém, para esclarecer a situação, o ministro da justiça, Vieira de Castro. E também ordenam a reunião da guarda nacional. Vieira de Castro regressa já de noite dando conhecimento que a contra-revolução estava consumada em parte, bem como afirmando que o que a rainha pretendia era a prisão dos ministros. Então estes decidiram apresentar-se em Belém, centro da conspiração, onde novamente a rainha tornou a afirmar que não estava a fazer nenhuma contra-revolução nem consentia alguma intervenção estrangeira; e demite ali mesmo os ministros. Mas entretanto a guarda nacional, reunida no Campo de Ourique, manda uma deputação buscar Passos Manuel e no caminho para Belém mata Agostinho José Freire. Foi esta a primeira tentativa declarada de reacção contra o setembrismo e a ela se ficou a dever uma tática diferente: a da política do *juste milieu*.

1837

Conspiração das Marnotas — Intentona de aclamação de D. Miguel organizada pelo partido absolutista aproveitando as dissidências do partido liberal em 13 e 14 de Maio de 1837. O plano da sublevação consistia em proclamar D. Miguel e para isso na noite de 13 para 14 de Maio grande número de indivíduos (soldados e civis) saíram de Lisboa e foram reunir-se nas Marnotas (povoação perto de Loures). Eram cerca de 300 homens por quem se distribuiu armas e dinheiro. Alguns atrasaram-se e tornaram-se suspeitos aos habitantes de Loures que viram neles um grupo de salteadores a quem logo perseguiram e prenderam alguns. Os outros conspiradores tendo sabido deste facto poem-se a caminho de Salvaterra. E no dia 15 de Maio estavam em Samora Correia, fazendo aí a aclamação de D. Miguel e lavrando o respectivo auto na Câmara local. As tropas constitucionais dirigem-

Insurreições e Revoltas em Portugal

-se a Salvaterra e fazem debandar os revoltosos, procedendo a algumas prisões. Destes só 16 vieram a ser condenados à morte, embora esta sentença não tenha sido executada devido à amnistia de 1840.

Revolta dos Marechais — Tentativa militar contra-revolucionária, que tem lugar de Julho a Setembro de 1837 e que ficou assim conhecida pela participação de vários marechais. O movimento integra-se num plano mais vasto que defendia a reinstauração da Carta e iniciara-se, como vimos, com a Belenzada. Assim em Julho de 1837 vários levantamentos têm lugar no país. Imediatamente o governo actúa não permitindo o alastrar de uma nova guerra civil, nomeando o visconde Sá da Bandeira como lugar-tenente nas províncias do Norte, com plenos poderes militares e civis. Os marechais revoltados Terceira e Saldanha depois de terem ameaçado Lisboa, sem êxito, retiram-se para Torres Vedras enquanto os generais setembristas, Sá da Bandeira e Barão de Bonfim avançam ao seu encontro. Houve uma simulação de luta também sem tiros em Chão da Feira, que terminou no acordo firmado entre aqueles militares em Alcobaça, o qual estabeleceu momentaneamente a paz.

1838

Massacre do Rossio ou Motins do Arsenal — Teve lugar a 13 de Março de 1838 uma insurreição promovida pelos arsenalistas da Marinha que se pronunciou contra o governo setembrista de Sá da Bandeira exigindo a sua demissão. O governo reage provocando cerca de uma centena de mortos (o «massacre») e desactivando assim os insurrectos.

Bibliografia:

- Alves, Inácio A. — *Episódios militares das lutas civis (1832-1851)*, Lisboa, 1963.
- Alviella, E. Goblet d' — *U établissement des Cobourg en Portugal — Etude sur les debuts d'une monarchie constitutionnelle*, Paris, 1869.
- Arriaga, José d' — *Historia da Revolução de Setembro*, 3 vols., Lisboa, 1892-1900.
- Bonifácio, Maria de Fátima — «A Revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos», *Análise Social*, 71, 1982.
- Breve nota sobre o estado de Portugal nos primeiros mezes de 1835*, Paris, 1835.
- [Campos, José Alexandre de] — *Os acontecimentos de Março na capital considerados nas suas causas e effeitos. Memoria dedicada aos amigos da revolução de Setembro*, Lisboa, 1838.
- Carvalho, J. Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea... cit.*
- Carvalho, J. Martins de — «A Revolta dos Marechais», *O Conimbricense*, 1879, n.ºs 3356 a 3371; 3373 a 3380 e 3382.
- Costa, António da — *Historia do Marechal Saldanha*, Lisboa, 1879.
- Cruz, Manuel dos Santos — *Manifesto dum cidadão aos ministros da Coroa e á Nação sobre a Revolução*, Lisboa, 1836.
- Duarte, Cecília e Gabriel, Maria Celeste — «1836 — Um levantamento militar em Lisboa», *História e Crítica*, n.º 10 Junho-Julho, 1983.

Revoltas e Revoluções

- Episodes de la guerre d'affranchissement du Portugal, 1830-1836*, Paris, 1873.
- Gomes, J. Augusto Marques — «A verdade historica e a historia da revolução de Setembro por José d'Arriaga» em *Luctas Caseiras... cit.*
- Gomes, J. Augusto Marques — *Luctas Caseiras... cit.*
- Martins, J. P. de Oliveira — *Portugal Contemporâneo cit.*
- Mendonça, Francisco de Assis Castro — *A Dinastia e a revolução de Setembro ou Nova Exposição da questão portugueza de sucessão*, Coimbra, 1840.
- Miranda, Sacuntala de — *A Revolução de Setembro de 1836 — Geografia Eleitoral*, Lisboa, 1982.
- Noronha, Eduardo de — *Os marechais de D. Maria II*, Lisboa, s. d.
- Pegado, Guilherme José António Dias — *Discurso político sobre a origem, natureza e organização da guarda nacional*, Lisboa, 1834.
- Sá, Victor de — *A Revolução de 1836*, Lisboa, 1978.
- Sanches, Júlio Gomes da Silva — *Memoria sobre os acontecimentos de Março refutada na parte que lhe diz respeito pelo conselheiro...*
- Saraiva, António José — *Herculano e o liberalismo em Portugal. Os problemas morais e culturais da instauração do regime (1834-1850)*, Lisboa, 1949.
- Seco, A. L. S. Henriques — *Memorias... cit.*
- Silbert, A. — «Cartismo e Setembrismo. A vida política no Porto de 1836-1839...», in *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, 1972.
- Sousa, Celestino de — *Movimentos revolucionarios em França e Portugal (1830-1848)*, Lisboa, s. d.

1840-1851

A continuação da instabilidade política é uma constante na sociedade portuguesa dos meados do século XIX, tal como deduzimos das revoltas populares e não só, que têm lugar entre «cartistas» e «setembristas» até 1851. A Carta Constitucional é restaurada (com Costa Cabral) em 1842, substituindo a Constituição de 38 em vigor desde 4 de Abril de 1838 após o *Massacre do Rossio* e que foi uma primeira conciliação entre as duas posições constitucionais. Há tentativas de revolta setembristas e há uma nova guerra civil que termina com a *Convenção de Gramido* e abdicação dos setembristas. Só o movimento da *Regeneração* a partir de 1851 conduzirá à consolidação do liberalismo em Portugal, graças à aliança que então se estabelecerá entre setembristas e cartistas.

(Ver: *Tumultos em Lisboa; Revolta Militar de Castelo Branco; Revolta Militar no Porto; Revolta do Batalhão de Caçadores; Revolta Militar de Torres Novas; Revolta Popular da «Maria da Fonte»; Emboscada; Patuleia; Revolta do Pinotes; Montaria; Conspiração das Hidras e Regeneração*)⁽¹³⁾.

(13) p₀₁, motivos que se prendem tão só com a articulação entre estes movimentos, só se apresenta a bibliografia no final do capítulo.

Insurreições e Revoltas em Portugal

1840

Tumultos em Lisboa — A 11 de Agosto de 1840 a 4.^a Companhia da Guarda Municipal aquartelada na Estrela sob o comando do capitão Samora sublevou-se e saiu do quartel lançando gritos de «morra o ministério». A ela se agregou algum povo e juntos, dirigiram-se para o Arsenal do Exército. A ofensiva do governo não se fez esperar: a tropa de linha dispersa os manifestantes fazendo algumas prisões.

Revolta militar em Castelo Branco — Movimento promovido por descontentes do ministério Fonseca Magalhães / Bonfim, que se corporizou na revolta do batalhão de infantaria 6, capitaneado pelo ten.-cor. Miguel Augusto de Sousa em 27 de Agosto de 1840. Lançaram-se «vivas» à Rainha e à Constituição de 1838 e «morras» ao Ministério. Miguel Augusto foi morto. Esta revolta só veio aumentar o crédito de Costa Cabral junto da Coroa. Editou-se sobre ela um *Boletim*, no Porto, com quinze números que a descrevem, em 1840.

1842

Revolta militar no Porto — Golpe de estado em 27 de Janeiro de 1842 no qual o ministro Costa Cabral proclama a restauração da Carta, que será oficializada em Fevereiro, tendo também início, a ditadura parlamentar de Costa Cabral que durará até 1846.

Revolta do Batalhão de Caçadores 26 — Em 24 de Setembro de 1842 tem lugar em Marvão um movimento setembrista militar, sem consequências, e onde se proclama a Constituição de 1822, logo se iniciando as revoltas contra C. Cabral.

1844

Revolta militar de Torres Novas — Movimento setembrista que se veio a frustrar e que ocorre entre 4 e 5 de Fevereiro de 1844 em T. Novas. O regimento de cavalaria 4 revolta-se em sinal de protesto pelas injustiças que o governo de C. Cabral praticava e em especial pelo não cumprimento do decreto de 10 de Fevereiro de 1842 que havendo proclamado novamente a Carta Constitucional, convocara cortes extraordinárias para a reformar. O regimento (chefiado pelo cor. de cav. António César de Vasconcelos Correia e pelo cap. de art. José Estevão Coelho de Magalhães) dirigiu-se para Castelo Branco e outras forças se lhe juntaram. Mas como eram perseguidos por uma divisão militar chefiada pelo Visconde da Fonte Nova dirigiram-se, então, para a Guarda onde já se revoltara também o batalhão de caçadores 1 e daí foram para Almeida onde estavam a 21 de Fevereiro. Mas as forças do Visconde da Fonte Nova atacam a praça de Almeida que é obrigada a render-se a 28 de Abril.

Também em Coimbra em 8 de Março, se regista o mesmo movimento de revolta despoletado pela tentativa de T. Novas contra o governo cabralista. (Ver: *Conflitos estudantis*).

Revoltas e Revoluções

1846-1847

Revolta da Maria da Fonte ⁽¹⁴⁾ — Foi o mais significativo momento da revolta contra o cabralismo. O levantamento da Maria da Fonte ocorre entre Abril e Junho de 1846 no Minho motivado directamente pelas medidas autoritárias do governo C. Cabral sobre novos encargos fiscais que vêm agravar foros antigos e pela proibição de enterros nas igrejas. Para evitar o confronto, C. Cabral envia ao Porto o seu irmão José Bernardo, que usando os grandes poderes em que fora investido só contribui para avivar e exaltar os ânimos contra si. A província do Minho corre às armas, organizam-se guerrilhas; sacerdotes animam ao combate e alguns nobres também se colocam à frente da luta popular. Distinguiram-se entre os eclesiásticos o cônego Montalverne (ex-deputado liberal); o P.^e Casimiro e o P.^e José da Lage; e entre os nobres, os irmãos do Visconde da Costa, o filho do Visconde do Peso da Régua e o irmão do Visconde de Balsemão. O movimento de revolta passa a Trás-os-Montes, chefiado pelo jovem Conde de Vila Real e, em breve, alastra à Beira e Estremadura. A revolta teve como consequência a queda do governo de C. Cabral, que foi substituído por Palmeia em 20 de Maio, ou seja por um governo setembrista.

Emboscada — Golpe de estado que tem lugar a 6 de Outubro de 1846 em Lisboa. É promovido pela rainha que chama Palmeia a Belém onde lhe impõe a sua demissão e propõe a sua substituição por Saldanha. Pretendia assim, a rainha, evitar as eleições que já estavam marcadas para 11 de Outubro pelo ministério de Palmeia e que conduziriam a novas Cortes. Saldanha forma um governo carlista, mas a revolta alastra.

Patuleia — Movimento de guerra civil originado pela *Emboscada* entre 1846 e 1847. De facto, aquele golpe de estado provoca uma reacção dos setembristas que desde o Porto assumem a liderança da revolta popular contra a rainha. O Duque da Terceira é enviado ao Porto a 9 de Outubro pela rainha, mas quando lá chega é preso. A 10 de Outubro a Câmara, cujo presidente é José Passos, nomeia em sessão extraordinária uma Junta Provisória presidida pelo Conde das Antas. As Juntas de quase todo o país prestam homenagem à do Porto, declarando-se assim contra o governo da rainha. Assim começou uma nova guerra civil que durou cerca de 9 meses ⁽¹⁵⁾. Para a vencer foi necessário o concurso das outras nações aliadas da Quádrupla Aliança (Inglaterra, França, Espanha). A Convenção de Gramido (24 de Junho de 1847) marca a capitulação das forças setembristas consolidando-se assim a vitória da rainha ou seja do cartismo-cabralista sobre o setembrismo-patuleia. Foi firmada pelos representantes das potências aliadas e pelo governo português. O Conde das Antas é preso e os outros membros que pertenciam à Junta já se tinham entretanto afastado.

⁽¹⁴⁾ O nome desta revolta popular ficou a dever-se à personagem que veio a encabeçar o conflito — a Maria da Fonte (da Fonte de Lanhoso). Refira-se, a propósito, o carácter «diferente» da revolta do Minho, pois foi feita sobretudo com o concurso de camadas populares.

Curiosamente em 1885 (è em outras circunstâncias) aparecerá um jorriál de opposição intitulado, «Maria da Fonte» o que nos revela o impacto que este nome ainda possuía.

⁽¹⁵⁾ Um dos combates mais conhecidos desta luta entre cabralistas e as forças da Junta do Porto foi a acção de Vão Passos.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Revolta do Pinotes — Foi um dos episódios da Patuleta. Como vimos, o governo saído da Maria da Fonte é demitido pela rainha, as eleições foram canceladas e alguns cabralistas foram reintegrados nos seus empregos. Foi o que aconteceu em Viana do Minho, onde se reacende a revolta entre 20 e 23 de Outubro de 46, dirigida pelo tenente Jacinto Pinotes.

1847

Montaria — Em 28 de Abril de 1947 deu-se uma tentativa de revolta em Lisboa: de várias casas junto à cadeia do Limoeiro saíram alguns grupos de indivíduos muitos deles pertencentes ao partido miguelista. Juntaram-se-lhes alguns elementos populares e lançaram gritos de «morra o ministério» e «viva a Revolução do Minho». Esta multidão exaltada desarma a guarda da cadeia, arromba as portas soltando-se assim os presos. Daí foram para o castelo de S. Jorge onde não conseguiram entrar e depois, foram ao quartel da Graça onde os recrutas lhe fizeram fogo. O grupo amotinado não encontrando grande adesão na população e temendo uma perseguição pelas tropas governamentais retirou em direcção a Vila Franca unindo-se aí às forças populares do Alentejo. E foi este movimento de revolta que veio depois degenerar em tragédia: o que se verificou no momento em que foi necessário fazer regressar os presos à cadeia. Organizaram-se então piquetes de batalhões nacionais que, espalhando-se por vários pontos de Lisboa, iniciam uma autêntica caça animalésca ao homem — uma montaria.

1848

Conspiração das Hidras — Projecto conspirativo que não chegou a concretizar-se contra a rainha D. Maria II, pensado pelos setembristas José Estevão, Oliveira Marreca e Rodrigues Sampaio.

Portugal estava no fim da cadeia das guerras civis, que tinham devastado o país; as forças revolucionárias estavam exaustas e desarmadas e assim a ideia de conspiração ganha força em Coimbra onde também é fundada a Carbonária lusitana que teve cerca de 500 aderentes. Planeou-se que o movimento teria lugar aproveitando uma ocasião em que a rainha fosse a S. Carlos o que nunca chegou a acontecer porque o governo de Saldanha fez abortar a acção procedendo em 17 de Junho de 1848 à prisão de alguns cidadãos do partido popular: era «a prisão da hidra que o duque ameaçava esmagar com mão de ferro».

1851

Regeneração — Costa Cabral regressara em 1849 ao governo e iniciara a sua 2.^a ditadura que terminará precisamente com o pronunciamento militar que se fez no Porto, a 24 de Abril de 1851 e que repõe no poder Saldanha. Inicia-se assim o movimento da Regeneração. 1851 marca a queda definitiva do cabralismo e o começo de um período relativamente estável na vida política e social portuguesa através do compromisso entre cartistas e setembristas e do desenvolvimento das forças produtivas mediante uma política de fomento lançada por Fontes Pereira de Melo.

Revoltas e Revoluções

Bibliografia:

- «Acção de Vale Passos», *O Conimbricense*, 1885, n.º 3982.
- Azevedo, D. João de — *Autopsia dos partidos políticos e guarda-quedas dos governos ou Ensaio sobre as ultimas revoluções em Portugal*, Lisboa, 1847.
- Azevedo, D. João de — *Quadro politico, historico e bibliografico do Parlamento de 1842*.
- Baptista, Antonio Maria — *Uma década de história contemporânea (1838-1848)*, Lisboa, 1888.
- Basto, A. de Magalhães — *O Porto do Romantismo*, Coimbra, 1932.
- Branco, Camilo Castelo — *Maria da Fonte*, Porto, 1884.
- Cabral, A. B. da Costa — *Apontamentos historicos*, 2 vols., Lisboa, 1844-1845.
- Cabral, Manuel Villaverde — *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Porto, 1976.
- Caldas, José — *História de um fogo-morto (1258-1848)*, Porto, 1979.
- «Cartas dirigidas ao Duque da Terceira pelos barões de Estremoz, Foz e Leiria relativas à revolta de Torres Novas e Almeida em 1844», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, n.ºs 14 e 15, 1945.
- Castro, Armando — *Estudos de história sócio-económica de Portugal*, Porto, 1972.
- Castro, Francisco Cirne de — *A Patuleia no Alto Minho. Alguns pormenores da sua história*, Viana do Castelo, 1964.
- Colen, J. Barbosa — *Entre duas revoluções (1848-1851)*, Lisboa, 1902.
- Collecção de documentos ineditos para a historia da guerra civil em Portugal no anno de 1847*, Porto, 1849.
- «Conspiração das Hidras», *O Conimbricense*, n.º 5052, 1896.
- Costa Cabral - Passado - Presente - Futuro*, Lisboa, 1850.
- D. R. — *A Meditação ou o espirito da Revolução do Minho*, Lisboa, 1848.
- Dória, A. Álvaro — *Movimentos Políticos do Porto no século XIX*, Porto, 1963.
- O duque de Saldanha e o Conde de Thomar*, Lisboa, 1850.
- Feijó, Rui — «A revolta do Pinotes. Mobilização rural e urbana em Viana no tempo da Patuleia», *Ler História*, 2, 1983.
- Feijó, Rui — «Mobilização rural e urbana na Maria da Fonte», in *O liberalismo...*, 2.º vol., *cit.*
- Gavião, Manuel Lobo de Mesquita — *Breves considerações historicas e criticas sobre as eleições da provinda do Minho no anno de 1845 com os seus respectivos documentos*, Porto, 1845.
- Gomes, J. A. Marques — *A Revolução da Maria da Fonte*, Lisboa, 1889.
- Gorjão, J. D. Roussado — *A Regeneração e a Reacção*, Lisboa, 1851.
- [Gouveia, J. Cândido Baptista] — «Polícia secreta no tempo dos Cabrais», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 17, 1947.
- Lemercier, Anatole — «Mémoire du baron A. Lemercier sur un voyage au Portugal. 1846», (est. introd. de Maria de Fátima Sá), *Ler História*, 3, 1984.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — «Maria da Fonte. Bibliografia», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 19, 1949.
- O livro azul ou correspondencia relativa aos negocios de Portugal apresentado em ambas as camaras inglezas*, Lisboa, 1847.
- Macedo, António Teixeira de — *Traços de historia contemporanea (1846-1847)*, Porto, 1888. (Edição recente: Lisboa, 1984).

Insurreições e Revoltas em Portugal

- Noronha, Eduardo de — *A Regeneração. Fontes Pereira de Melo. Subsídios para a história da sua vida, meio, obra, jactos, amores e aventuras*, s. d.
- Noronha, Eduardo de — *Vinte e cinco anos nos bastidores da política*, Porto, 1913.
- A Patuleia: Catalogo dos documentos manuscritos que pertenceram a José da Silva Passos e que foram oferecidos à Real Bibliotheca Publica Municipal...*, Porto, 1909.
- Pereira, Miriam Halpern — «A Patuleia e a luta pela independencia nacional», *Seara Nova*, n.º 1505, Março, 1971.
- Pimentel, A. — *O Porto ha trinta annos*, Porto, s. d. (1893?).
- Pinto, Manuel — «A igreja e a insurreição popular do Minho de 1846 (a acção do P.^e Casimiro Vieira)», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, n.º 0, Porto, 1979.
- Le Portugal avant et après 1846. Notes pour servir à l'histoire contemporaine de ce pays*, Paris, 1847. (Foi traduzida em português por Mariano José Cabral).
- Preparativos de uma revolta. Documentos inéditos de 1840* (publicado por Carlos Rangel de Sampaio), Lisboa, 1905.
- «Regeneração», *O Conimbricense*, n.ºs 3845 a 3881, 1884.
- «Revolta em Coimbra em 1844», *O Conimbricense*, n.ºs 3814 a 3818; 3820 a 3826; 3829; 3830, 1884.
- «Revolução de 1851», *O Conimbricense*, n.ºs 5701 a 5705, 1902.
- Ribeiro, Maria Manuela Tavares — «Conflitos ideológicos do século XIX. O problema pautai», *Revista de História das Ideias*, 1, 1977.
- Riegelhaupt, Joyce — «Camponeses e Estado Liberal: a revolta da Maria da Fonte», *Studium Generale. Estudos Contemporâneos*, n.ºs 2-3, Porto, 1981.
- Roby, João Pinto — *Exposição Analítica do Pronunciamento do dia 17 de Maio em Braga e dos actos da Junta Provisória nos dias 17 e 18 do dito mês*, Lisboa, 1983, (1.^a ed.: 1843).
- Rocha, Fernando — «No tempo da Patuleia», *Arquivo do Alto Minho*, 15, Viana, 1966.
- Sá, Victor de — *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias sociolistas em Portugal (1820-1852)*, Lisboa, 1974.
- Sá, Victor de — *Epoca Contemporânea I — Onde o Portugal Velho acaba*, Lisboa, 1981.
- Sá, Victor de — «A Patuleia no Alto Minho», *Bulletin des Études Portugaises*, n.º 27, 1966.
- Serrão, Joel — *Temas Oitocentistas*, Lisboa, 1959.
- Silau, G. de — *Le Portugal en 1850 et le Comte de Thomar*, Lisboa, 1846.
- Silva, Joaquim Palminha — *A Revolução da Maria da Fonte. Subsídios para a sua história e interpretação*, Porto, 1978.
- [Vieira, P.^e José Casimiro] — *Apontamentos para a historia da revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte escritos pelo P.^e... finda a guerra em 1847*, s. 1., s. d. (1879?).

(Página deixada propositadamente em branco)

BATALHÕES

Ligado à historia do liberalismo português e mais directamente aos conflitos e movimentos de revolta está a formação de batalhões académicos e de outros corpos para-militares que se constituirán! voluntariamente e de que os governos se socorreram nas lutas travadas na 1.^a metade do século XIX, desde o levantamento nacional de 1808, às lutas entre liberais e absolutistas (23-33) e entre carlistas e setembristas até 1851. Apontemos alguns:

1808-1811

Batalhão Académico — Organizado em Coimbra desde 1808 até 1811 para combater o invasor francês. A ele pertenceram professores e estudantes universitários. Destacou-se o Prof. Tomé Rodrigues Sobral em virtude de ter fomentado o fabrico da pólvora, elemento essencial nas armas da época. A criação de batalhões universitários não era uma ideia nova: já em 1645, na Restauração se constituirá um corpo militarizado na Universidade. (Ver: Cruz, Lúcia — «Alguns contributos para a história da Restauração em Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, 28, Coimbra, 1982).

Batalhões populares — Também conhecidos por batalhões do «chuço», por ser a arma mais comum utilizada pelos populares na sua ofensiva contra os franceses em 1808.

Leal Legião Lusitana — Grupo criado em Inglaterra por emigrados portugueses quando tiveram conhecimento do início da revolta em Portugal em 1808 e que já em Portugal foi organizado com aquele nome sob o comando do brigadeiro inglês Robert Wilson. Teve acção saliente na luta contra o exército francês que perseguiu através de Espanha, durante a guerra Peninsular.

Legião Portuguesa — Uma das primeiras tarefas do governo de Junot em Portugal, em 1808, foi desarmar o país, licenciando a maior parte das tropas. E ao mesmo tempo criou um corpo militar, a Legião Portuguesa, formado por militares portugueses que iriam servir nos exércitos napoleónicos. O comandante desta Legião foi o marquês de Aloma (D. Pedro de Almeida). Ao seu estado-maior pertenceram, entre outros: Gomes Freire de Andrade e Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real. Em Abril de 1808 partiram para França e só regressaram no fim da Guerra Peninsular (1814).

Revoltas e Revoluções

Bibliografia:

- Barreiros, Fernando — *Notícia historica do corpo militar académico de Coimbra (1808-1811)*, Lisboa, 1918.
- Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Guerra Peninsular — Notas, episódios e extractos curiosos*, Coimbra, 1910.
- Chaby, Cláudio de — *Apontamentos para a historia da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, Lisboa, 1865.
- França, Bento da — *A Legião Portuguesa ao serviço do império francês: estudo histórico baseado nos manuscriptos de José Garcez Pinto de Madureira*, Lisboa, 1889.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — *Garrett soldado do Corpo de Voluntários Académicos (1832-1834)*, Lisboa, 1930 (inclui um resumo dos vários batalhões académicos).
- Loureiro, José Pinto — *Coimbra no século XIX*, Coimbra, 1967.
- Martins, Maria Ermelinda de Avelar Fernandes — *Coimbra e a Guerra da Península*, 2 vols., Coimbra, 1944.
- [Mesquita, Manuel de Castro Pereira de] — *Historia da Legião Portuguesa em França por...*, Londres, 1814.
- Ver também subsidiariamente a bibliografia que foi indicada em *Invasões Francesas, Levantamento Nacional e Guerra Peninsular*.

1814

Corpo militar de professores e mestres régios de primeiras letras— A sua constituição foi planeada mas não chegou a ser efectivada.

Corpo de eclesiásticos voluntários conimbricenses — Também foi planeada a sua formação, para auxílio na guerra peninsular, mas não chegou a constituir-se.

Bibliografia:

Boletim do Arquivo Histórico Militar, 6, 1936.

1821-1822

Legião Constitucional Lusitana — Pertenceu ao corpo militar mandado para o Brasil em 1821. Era composta por dois batalhões de infantaria.

Bibliografia:

Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Guerra Peninsular... cit.*

1823

Corpo académico — Em 1823 houve um projecto de constituição de um corpo académico na Universidade para auxiliar o combate à contra-revolução. Mas não chegou a constituir-se, aliás como outros.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Bibliografia:

Lima, Henrique Ferreira — «Documentos relativos ao projecto de organização de um corpo académico em 1823», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 9, 1939.

1826-1834

Batalhão de voluntários académicos — Constituído em 1826 por estudantes da Universidade de Coimbra que se agruparam em 6 companhias para apoiar a causa liberal. Foi organizado contra a vontade da Universidade mas foi protegido pelo então ministro da guerra, Saldanha. Durou até 1828.

Batalhão académico do Porto — Mandado organizar na escola médica do Porto pela Junta do Porto que no ano de 1828 dirigia a luta contra D. Miguel. Este batalhão acompanhou o exército liberal, quando este se retirou para a Galiza.

Batalhão dos voluntários realistas — Em 1832, em Penafiel organizou-se um batalhão constituído por todos os que não se alistaram nos corpos de milícias cujos chefes foram escolhidos de entre os mais aderentes à causa de D. Miguel, para combater os liberais.

Batalhão dos Polacos — Também conhecido por Legião Polaca ou Legião da Rainha D. Maria II foi criado em Gaia em 18 de Julho de 1832 pelos liberais. O seu nome advém dos seus participantes: eram polacos, que vieram auxiliar o governo de D. Maria II.

Batalhão de voluntários franceses — Também conhecido pelo nome de B. de Ramorino ou B. de Peniche, foi criado e organizado com estrangeiros para auxílio de D. Maria II entre 1833 e 1835. Foi o célebre general Ramorino (um dos heróis da revolução polaca) quem o comandou (16).

Batalhão Sagrado — Nome que foi dado ao grupo de oficiais que acompanhou D. Pedro e a sua expedição desde a Terceira em 1832.

Batalhão Académico — Corpo de estudantes universitários voluntários constituído em Coimbra desde 1830 até 1834 que defenderam a causa liberal. Foi seu comandante João Pedro Soares Luna e a ele pertenceram entre outros: Almeida Garrett, Joaquim A. de Aguiar e A. Herculano.

Legião Patriótica do Alentejo — Organizada em 1833 em S. Vicente (Estremadura espanhola) por José Joaquim de Abreu. Foi constituída por emigrados militares e outros que ali se encontravam com o fim de lutar em Portugal a favor da Carta Constitucional. Em Dezembro de 1833 tomou a praça de Marvão continuando depois as lutas em Portalegre e Castelo de Vide.

(16) Participaram também no chamado «exército libertador» entre 1832-34, além de franceses e polacos, ingleses, belgas, espanhóis e alemães.

Revoltas e Revoluções

Batalhão da Legião de Honra — Foi comandado por Luís António de Abreu e em 1834 secundou as acções militares no Alentejo, ao lado da *Legião Patriótica*, da *Centúria Transtagna* (comandada por José Maria Grande) e do *Batalhão da Rainha*.

Guarda Nacional — Criada em 1834 (decreto de 29 de Março) conjuntamente com os batalhões móveis e o ministério da guerra. Este corpo especial teve na Revolução de Setembro, em 1836, um concurso importante. Já antes, em 1822 foi sentida a necessidade da sua existência — o deputado Margiochi apresentou um projecto de formação da guarda nacional — e por carta de lei de 18 de Março de 1823 chegou a ser criada. Mas as circunstâncias políticas não o permitiram (sobreviveu a *Vilafrancada*) e por lei de 13 de Junho de 1823 foi dissolvida.

Bibliografia:

- Addicção á apologia dos voluntarios académicos ou pensamentos sobre a campanha dos voluntarios académicos nos mezes de Dezembro e Janeiro de 1827*. Por um soldado, Coimbra, 1827 (A = José Victorino Freire da Fonseca, estudante do 5.º ano de Leis).
- Apologia dirigida á Nação Portuguesa para plena justificação do corpo dos voluntarios académicos no anno de 1826 contra as falsas e caluniosas imputações forjadas ao mesmo corpo pelos inimigos do senhor Dom Pedro IV e da Carta Constitucional*, Coimbra, 1827 (A=Francisco António Fernandes da Silva Ferrão).
- Collecção dos documentos que servem de fundamentos e provas na apologia do corpo dos voluntarios académicos do anno de 1826*, Coimbra, 1827.
- A gloria do batalhão de voluntarios da rainha por um capitão do mesmo batalhão* (A = José Joaquim de Almeida Moura Coutinho). (Referida em Clemente José dos Santos, *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, tomo 6, 1892, p. 655).
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — *Os alemães no exército libertador (1832-1834)*, Vila N. de Famalicão, 1938.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — «O Batalhão de voluntários franceses», *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 4, 1974.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira — *Legião Polaca ou Legião da Rainha*, Vila Nova de Famalicão, 1932.
- Luna, João Pedro Soares — *Memorias: para servirem a historia dos factos de patriotismo e valor praticados pelo distincto e bravo corpo académico que fez parte do exercito libertador*, Lisboa, 1837.
- Melo, Ernesto de — *Chamorros e corcundas. Episódios das lutas liberais*, Penafiel, 1929.
- Pires, Saturio — *Os caçadores no exército de D. Miguel (1828-1834)*, 2 vols., Porto, 1918.
- Relação de todos os individuos que composeram o batalhão dos voluntarios académicos organizado e armado no anno lectivo de 1826 para 1827*, Coimbra, 1828.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes...*, tomo 6, cit.

Insurreições e Revoltas em Portugal

1836-1847

Batalhão de Voluntários — Constituído em Almeida depois de 1834 para defesa da causa liberal. Dele fez parte o secretário da Universidade de Coimbra, Vicente José Vasconcelos e Silva.

Batalhão Académico — Organizado em Lisboa ao tempo da Revolta dos Marechais. Foi seu comandante Francisco Sedaño Bento de Melo que já participara como capitão no cerco do Porto e que tinha pertencido à sociedade dos Divodignos que em 1828 realizou o assassinato dos lentes da Universidade de Coimbra.

Batalhão dos Artífices do Arsenal — Milícia popular organizada em Lisboa entre 1836-1842 por Ricardo França (director do Arsenal da Marinha). Os arsenalistas eram partidários do setembrismo.

Legião da Carta — Organizada em 1844 pelo capitão de artilharia José Estêvão de Magalhães e composta por elementos militares e civis pertencentes ao partido setembrista. Deu o seu apoio à revolta do regimento de cavalaria 4 em Torres Novas no mesmo ano de 1844.

Legião Auxiliar Patriótica das Províncias do Norte ou Legião Transmontana — Organizada por decreto da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino em 10 de Novembro de 1846, devendo ser formada por cidadãos dos distritos do Norte (Viana, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Trás-os-Montes que voluntariamente se quisessem alistar. Constituíram-se assim 7 batalhões de tropa ligeira. A *Legião Auxiliar* foi dissolvida em 1847 em resultado da Convenção de Gramido.

Batalhões Nacionais — Em 1846 criaram-se em Lisboa alguns batalhões provisórios. Entre eles formou-se um batalhão de voluntários defensores da Carta.

Batalhão Académico — Formado voluntariamente por estudantes da Universidade de Coimbra em 1846-47 e por estudantes do Liceu. Os seus elementos (c. de 219) ofereceram os seus préstimos à Junta do Porto.

Atiradores do Mondego — Batalhão defensor da causa popular organizado em Coimbra em Novembro de 1846. O seu comandante foi Augusto Ferreira Pinto Basto.

Batalhão do Jaime ou *Batalhão de Voluntários da Beira* — Já desde 1844 que Jaime Garcia Mascarenhas preparava a insurreição na Beira para auxiliar as forças cercadas em Almeida. Em 1846 o batalhão do Jaime distinguiu-se na reacção popular à *Emboscada* de 6 de Outubro e na batalha de Torres Vedras.

Batalhão da Vista Alegre — Tinha como comandante Alberto Ferreira Pinto Basto. Depois da desastrosa acção de Vale Passos ocorrida durante a *Patuleia* a 16 de Novembro de 1846 (ver: *Patuleia*), dissolveu-se, incorporando-se no Batalhão dos Atiradores do Mondego.

Batalhão de Voluntários do Algarve — Formou-se em 1847 um batalhão de voluntários de «ricos proprietários algarvios» (tal

Revoltas e Revoluções

como se autodenominavam) que em defesa da Carta lutaram contra os patuleias.

Bibliografia:

Sobre os vários batalhões em geral consultar o *índice Ideográfico do Conimbricense*, Coimbra, 1953.

Carvalho, Francisco Augusto Martins de — *Guerra Peninsular... cit.*
Jardim, António dos Santos — *Notícia histórica do batalhão académico de 1846-1847. Notas de Coimbra*, Coimbra, 1889.

Lima, Henrique de Campos Ferreira — *Garrett soldado do corpo de voluntários...*, *cit.*

Relação extraída dos mapas originaes das tres companhias do batalhão rebelde de voluntarios académicos, Coimbra, 1828.

GUERRILHAS

A técnica da guerrilha — combate ofensivo e constante dirigido por um pequeno grupo de elementos em sítios de difícil acesso — está introduzida em Portugal (certamente por influência espanhola) desde 1808. Em 1821 fala-se em «partidas de homens armados» que vagueiam junto à fronteira. Em 1823 é estimulada a formação de guerrilhas contra-revolucionárias em Trás-os-Montes. Mas só nas décadas de 30 e 40 do século XIX as guerrilhas se tornam um fenómeno praticamente institucionalizado. Também elas acompanham a evolução política portuguesa: setembristas, cartistas e regeneradores a elas recorrem. Assim não admira a existência paralela de guerrilhas de sinais contrários (isto é, guerrilhas liberais e guerrilhas absolutistas). A sua actuação identifica-se com a das quadrilhas de malfeitores (muitas vezes os guerrilheiros são também ladrões) e com a de algumas sociedades secretas ⁽ⁿ⁾ ao cometerem toda a espécie de desacatos: roubos, incêndios e assassinatos como explosão de seus ódios e vinganças. São as lutas entre D. Pedro e D. Miguel que vêm acelerar o processo de formação das guerrilhas: a sua organização era muito recomendada em 1827-28 para vigilância e defesa de D. Miguel. Refira-se ainda que a Reira foi o seu principal teatro de acção. Na impossibilidade de referirmos as guerrilhas na sua totalidade recordemos aquelas que estiveram em grande actividade nas décadas de 30 e 40:

1830-1850

Guerrilha do Remexido — A mais famosa guerrilha miguelista que actuou no Algarve e Alentejo entre 1835-1838. Foi seu chefe José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido, até Agosto de 1838 data em que foi preso, julgado e fuzilado. A guerrilha continuou ainda por algum tempo sob o comando de seu filho, Manuel da Graça Reis.

^{C17} Lembremos, a título de exemplo, a *Sociedade dos Divódnos* (grupo de estudantes que em 1828 decretou o assassinato dos lentes da Universidade que se dirigiam a Lisboa a aclamar D. Miguel) e a *Sociedade dos Invisíveis* (criada na comarca de Vouzela antes de 1840 pelo juiz de direito da comarca, exclusivamente destinada à prática de vinganças políticas).

Revoltas e Revoluções

Guerrilha de Jorge Boto — A guerrilha miguelista do capitão-mor de Gouveia, Jorge Boto de Machado Figueiredo foi o terror dos povos da Beira. Durou até 1834 data em que é restaurado o governo liberal. Jorge Boto foi preso em Julho de 1835 e transportado para o Limoeiro em Lisboa onde ficou alguns anos. Refira-se, a título de curiosidade, que os Brandões (ver *quadrilha dos Brandões*) ainda o tentaram matar em 1838 na própria cadeia, mas não o conseguiram.

Guerrilha de D. Manuel Martinini — Guerrilha liberal organizada e dirigida por Martinini em 1833. Em Junho desse ano esta guerrilha ataca e libertando os presos políticos, assaltando e aclamando a rainha. Era constituída por vários grupos de toda a região do Baixo Ribatejo e da Beira Baixa. Em Julho iniciou outra campanha de luta na região de Portalegre, mas foi vencida pelas tropas realistas, facto que obrigou a D. Manuel e seus correligionários a refugiarem-se em Espanha.

Guerrilha do Galamba — Guerrilha liberal no Alentejo na década de 30, dirigida por António Manuel Soares Galamba, que mais tarde, na *Patuleia*, tem acção de grande relevo.

Guerrilha do Padre Góis — Actúa em Beja chefiada pelo padre Góis em Julho de 1833. Palmeia enviou alguns atiradores para auxiliar esta guerrilha.

Guerrilha do tenente de Milhundos — Guerrilha de realistas em Penafiel entre 1833-46. O seu chefe foi João Nunes Borges de Carvalho, o ten. de Milhundos.

Guerrilha dos Marçais — Participou activamente em combates na região da Beira entre 1834-1847. O seu chefe foi António Joaquim Marçal e compuseram-na além deste, os seus irmãos Manuel António e João António. Igualava nas acções a quadrilha dos Brandões. A acção do seu chefe foi até reconhecida pelo governo: António Joaquim Marçal foi condecorado e veio a ser comandante de um batalhão de voluntários cabralistas em Vila Nova de Foz Côa.

Quadrilha do Caca ou dos Garranos — Guerrilha miguelista cujo chefe foi António da Costa Macário, o Caca. Inicialmente actuava em conjunto com a quadrilha dos Brandões mas mais tarde separaram-se. Então o Caca juntou-se às guerrilhas miguelistas dos Poetas, dos Crespos e outras ficando conhecidos pelo nome de *Garranos*. Actuou até cerca de 1840.

Quadrilha dos Brandões — Dizia-se liberal e muitas vezes actuou pelos setembristas e outras pelos cabralistas. Esteve em actividade na Beira desde 1836 e foi liderada por João Brandão (de Midões).

Guerrilhas miguelistas — Em 1846 as mais conhecidas foram em Trás-os-Montes, a de Luis dos Reis; outra em Alfândega da Fé e outra ainda em Vinhais.

Bibliografia:

Alves, Francisco Manuel (abade de Baçal) — *Memórias archeologico-historicas do distrito de Bragança*, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança, 1909-1948.

Insurreições e Revoltas em Portugal

- [Brandão, João] — *Apontamentos da vida de... por ele escritos nas prisões do Limoeiro em 1870.*
- Cardoso, A. Monteiro — «O miguelismo e o movimento camponês — algumas questões a propósito da guerrilha do Remexido», *História e Crítica*, 8, Fev., 1982.
- Carvalho, Joaquim Martins de — *Os assassinos da Beira. Novos apontamentos para a historia contemporanea por...*, Coimbra, 1890.
- Cruz, Lúcia — *Documentos para o estudo da criminalidade na Beira em meados do século XIX*, 2 vols., Coimbra, 1982-1983.
- Ferrão, J. M. Dias — *João Brandão*, Porto, 1928.
- Ferreira, Cândida Florinda — *Talhinhas e as guerrilhas constitucionais: notícias monográficas inéditas*, Coimbra, 1931.
- Machado, A. do Canto e Cardoso, A. Monteiro — *A guerrilha do Remexido*, Lisboa, s. d.
- Marçal, Rafael — *Os Marçais de Fozcoa*, Lisboa, 1934.
- Melo, Ernesto de — *Chamorros e Corcundas (episódios das lutas liberais)*, Penafiel, 1929.
- Noronha, Eduardo de — *O Remexido*, 2 vols., Porto, 1922.
- Roque, João Lourenço — «Alguns aspectos da criminalidade no distrito de Coimbra nos anos de 1841 a 1844», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, III, 1978.
- Salgado, José Silvério Campos Henrique — *A quadrilha dos Marçais.*
- Seco, António L. Henriques — *Memórias do tempo passado e do presente para lição dos vindouros*, 2 vols., Coimbra, 1880.
- Sousa, Tude M. de — *Os Magessi de Portugal*, Sintra, 1936.
- Vasconcelos, A. Teixeira de — *João Brandão de Midões no tribunal da comarca de Tábua*, s. d.
- Ventura, A. — *As guerras liberais em Portalegre (Junho/Julho de 1833)*, Portalegre, 1982.

(Página deixada propositadamente em branco)

CONFLITOS E DESORDENS ESTUDANTIS

Numa cronologia dos movimentos de insurreição e revolta em Portugal na primeira metade do século XIX também não devem ser esquecidos os conflitos e desordens provocados por estudantes não pelas suas consequências imediatas, mas porque são um sintoma das mudanças que estavam em curso na sociedade portuguesa. Irreverentemente, por vezes, os estudantes atacam o poder; provocam arruaças (antes, entre 1720-1721, ficou famoso o *Rancho da Carqueja*); manifestam-se em «outeiros», em proclamações, em poesias e em jornais; armam-se e formam batalhões académicos (ver cap. respectivo); pelas suas tomadas de posição, alguns estudantes são mandados «riscar» da Universidade; pedem, e nalguns casos são-lhes concedidos, os «perdões de acto» em momentos de perturbação e crise política (por ex.: em 1808, 1809 e 1821). Não esqueçamos também que, na sua maior parte, foi pela Universidade de Coimbra que passaram alguns dos personagens com um envolvimento directo nos vários momentos de revolta da primeira metade do século XIX: é o caso, por exemplo, dos irmãos Passos (Manuel e José), de Almeida Garrett, de Agostinho José Freire, do general Póvoas, de Pamplona Corte-Real, de José Estevão, de José Alexandre de Campos e de Costa Cabrai, entre muitos outros⁽¹⁸⁾.

Assim inventariámos cronologicamente alguns desses momentos em que se torna possível verificar a participação estudantil nos movimentos de revolta em Portugal nas primeiras décadas de Oitocentos.

1801-1803-1814

Conflito entre os estudantes da Universidade e o regimento de milícias de Coimbra — Antes da Espanha iniciar a guerra com Portugal, mandou o governo português aproximar alguns corpos militares das fronteiras do Alentejo, Beira e Trás-os-Montes (ver: *Guerra das Laranjas*). Entre outros corpos de linha e milícias que se dirigiram para a praça de Almeida estava o regimento de Coimbra formado por cerca de 690 praças que se juntam em 25 de Março

⁽¹⁸⁾ Está em curso, já há alguns anos, um projecto de investigação sobre a História da Universidade — dirigido pelos Professores Drs. Manuel A. Rodrigues, Luís Reis Torgal e pelo Dr. Fernando Taveira com o apoio da técnica superior Dr.^a Maria do Rosário Azenha — que esperamos possa vir em breve a publicar outros estudos que esclareçam melhor sobre os conflitos provocados e participados por estudantes, e não só.

Revoltas e Revoluções

de 1801. À revista desse corpo militar foi assistir grande parte da Academia (que nesse ano era numerosa, cerca de 1648 estudantes) e que conseguindo aproximar-se dos milicianos introduziram-se, os estudantes, nas suas fileiras provocando os militares por todos os modos. Estes, sentindo-se ridicularizados e atacados carregaram sobre os seus agressores obrigando os estudantes a fugir. Na noite desse mesmo dia houve ainda vários conflitos entre estudantes e milicianos querendo aqueles vingar-se destes, fazendo insultos e ferimentos. No dia seguinte, a 26 de Março, o dia da partida das tropas para Almeida, chegou a reccar-se novo confronto que no entanto não veio a realizar-se. Sabe-se, já antes do dia 25 de Março, que o conflito se ia dar, pois, o assunto é tratado numa carta do Vice-Reitor Dr. José Monteiro da Rocha para o Reitor-Reformador D. Francisco de Lemos que estava em Lisboa, com data de 1 de Março de 1801. O conflito não ficou impune pois o Conservador da Universidade mandou proceder a uma devassa que foi remetida pelo Reitor para o Ministro do Reino, o Visconde de Balsemão (Luís Pinto de Sousa Coutinho), mas só em Novembro. Nesse officio, em que remetia a devassa, D. Francisco de Lemos aconselhava a que se mandasse riscar e degredar para a índia os estudantes João da Costa Regueira, José Ascanio e Francisco Xavier Monteiro; e riscar tão-só outros estudantes. Registe-se ainda que depois de enviar este resultado da devassa o Reitor, em novo officio datado de 28 de Dezembro de 1801, pede ao governo a ampliação da sua autoridade sobre os estudantes.

Desordens estudantis — Apesar do castigo imposto aos estudantes por causa das desordens do dia 25 de Março de 1801 continuam a haver distúrbios na Academia nos meses de Setembro e Outubro de 1803. O Vice-Reitor, Dr. José Monteiro da Rocha dá logo providências para os reprimir, como se vê nas Cartas para o Reitor em 20 de Setembro e 22 de Outubro de 1803. Aí refere a formação de um rancho ou «súcia de estudantes vadios e libertinos», autêntica sociedade organizada com cerca de 60 membros, com mensageiros e sinais de convocação próprios que se reuniam numa casa fixa de noite, e de onde saíam para a cidade já «tomados de vinho» cometendo violências várias. Alguns chegaram a ser presos. Face a estes novos actos, D. Francisco de Lemos insiste novamente para que o governo lhe dê plenos poderes para actuar na Universidade em officio de 25 de Maio de 1804.

Conflito estudantil durante a guerra peninsular — O regimento de milícias estacionado em Coimbra tinha o seu quartel em Santa Clara na altura da guerra peninsular. Por altura do Carnaval um soldado que passava na rua da Calçada (baixa coimbrã) em direcção ao quartel foi afrontado por um grupo de estudantes, atirando-lhe um deles uma laranja. O soldado ripostou com um tiro e continuou o seu caminho. Os estudantes reúnem-se e em tumulto dirigem-se ao Museu donde retiram uma peça de artilharia e com ela pretendem ir atacar o regimento de milícias. O vice-reitor, Dr. Manuel Pais de Aragão Trigo é informado e intervém junto dos estudantes chamando-os à razão e conseguiu evitar um conflito maior.

Bibliografia:

Almeida, M. Lopes de — *Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu corpo académico (1801-1821)*, Coimbra, 1966.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Braga, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. IV, Lisboa, 1902.

Carvalho, J. Martins de — «Miscelânea», *O Conimbricense*, 1869, n.ºs 2326 e 2327; 1884, n.º 3885.

Lourenço, José Pinto — *Coimbra no século XIX*, cit.

1820-1823

Movimentos estudantis — Os acontecimentos do Porto em Agosto de 1820 reflectem-se desde logo na Universidade: A. Garrett, ao tempo um verdadeiro líder estudantil, conduz a participação activa de alguns estudantes o que se vem a traduzir numa proliferação de «outeiros» e outras manifestações públicas (dos estudantes) onde é patente a sua adesão ao ideal liberal.

Ele próprio será o autor de uma obra sobre a revolução: *O Dia 24 de Agosto*. Havia, já antes de 1820, um círculo estudantil que não era indiferente às ideias revolucionárias e de mudança social que agora se tornavam realidade, pois na sua preparação intelectual tinham entrado leituras diferentes e proibidas na Universidade (Rousseau, Voltaire, etc.). O próprio teatro foi utilizado pelos estudantes como instrumento de divulgação desse espírito revolucionário (o mais conhecido foi o da Rua dos Coutinhos estabelecido em 1817-1818).

Numa carta em Outubro de 1820 do Dr. António Nunes de Carvalho dirigida a Fr. Francisco de S. Luís (então membro da Junta de Lisboa) se dá conta que a «opinião pública na Universidade está como dantes se não pior» e que é flagrante a «adesão dos estudantes à causa pública, ao contrário dos lentes». Em Novembro de 1820 também uma parte da Academia se pronunciou perante os acontecimentos do dia 11 em Lisboa (ver: *Martinhada*) fazendo, em demonstração de regozijo pelo desfecho, um «outeiro» na Sala dos Capelos a 21 e 22 do mesmo mês. Em Dezembro alguns estudantes, sempre liderados por Garrett, manifestam-se porque pretendem tomar parte activa na vida política, i. é., pretendem conquistar o direito de voto; são conhecidos os protestos e proclamações feitas pelos estudantes nesse sentido e a que a imprensa logo em 1820 deu grande relevo. E é entre 1820-1823 que surge também entre os estudantes uma imprensa própria (*O Amigo do Povo*, *O Publicola*, *A Minerva Constitucional*, *O Cidadão Literato*) onde fazem as suas críticas não só ao ensino da Universidade e de seus professores, como até ao próprio Congresso de Lisboa. Em 1823, como já vimos, a *Vilafraneada* fez alterar o curso do movimento revolucionário e a Universidade — «assim como era talvez o maior foco das ideias liberais... assim também é um dos focos e o maior centro das ideias anti-patrióticas, anti-liberais» (Gomes de Amorim) — actúa imediatamente de acordo com esse movimento através da sua Junta Expurgatoria: serão propostos para expulsão alguns professores e estudantes que se tinham declarado professor ideias liberais.

Bibliografia:

Amorim, Gomes de — *Obras Completas de Almeida Garrett*, vol. II, Braga, Teófilo — *História da Universidade de Coimbra... cit.*
Carvalho, Francisco Martins de — *Algumas horas na minha livraria*, Coimbra, 1910.

Revoltas e Revoluções

- Carvalho, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea... cit.*, *O Conimbricense*, 1874, n.ºs 2823 e 2830; 1897, n.ºs 5189 e 5191.
- Monteiro, Ofélia Milheiro C. Paiva — *A Formação de Almeida Garrett*, 2 vols., Coimbra, 1971.
- Rodrigues, Manuel Augusto — *A Universidade de Coimbra no reitorado de Furtado de Mendonça. A Junta Expurgatoria de 1823*, Coimbra, 1983.
- Torgal, Luis Reis — «A imprensa estudantil de Coimbra e o radicalismo liberal vintista», *O liberalismo na P. Ibérica...*, 2.º vol., *cit.*
- Torgal, Luis Reis e Vargues, Isabel Nobre — *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, 1984.

1824

Perturbações na Universidade — Em Março os estudantes promovem desordens proclamando «vozes sediciosas» na sala grande dos actos em 23 de Fevereiro; a 24 espalham pela cidade pasquins revolucionários e a 25 provocam outros distúrbios tendentes a assassinar o desembargador-conservador da Universidade, acto que não chegam a realizar. Mas é feita uma devassa e alguns estudantes são presos: José Ferreira Henriques de Carvalho; Francisco Rebelo de Carvalho; Felisberto de Sousa Ferreira; José Eleutério Barbosa de Lima; José Albino Cardoso Casado Giraldes; Júlio Gomes da Silva Sanches; Leonel Estelita Fernandes de Paiva, entre outros.

Bibliografia:

Braga, Teófilo — *História da Universidade...*, *cit.* *O Conimbricense*, 1892, n.ºs 4648 a 4650.

1828

Assassinio dos lentes — Foi decretada e realizada por 13 estudantes que pertenciam a uma sociedade secreta, a Sociedade do Raio ou dos Divódnos, a morte dos lentes da Universidade que em representação da instituição se dirigiam a Lisboa para felicitar D. Miguel. A acção teve lugar a 18 de Março no sítio do Cartaxinho, próximo de Condeixa, e nela foram mortos os lentes Jerónimo Joaquim de Figueiredo e Mateus de Sousa Coutinho; outros ficaram feridos. Este crime que causou a expulsão dos estudantes envolvidos e até o encerramento da Universidade só foi sentenciado em 17 de Junho de 1828 e os assassinos supliciados. No entanto, alguns conseguiram fugir e emigrar para Espanha e Brasil. Terá sido o que aconteceu ao mentor e presidente da sociedade, Francisco Cesário Rodrigues Moacho (aluno do 6.º ano da Faculdade de Leis), que nunca mais regressou a Portugal.

Também nos anos de 1828-1829 existiram algumas desordens graves na Universidade pelas quais foram mandados riscar cerca de 457 estudantes.

Bibliografia:

Braga, Teófilo — *Historia da Universidade de Coimbra...*, *cit.*

Carvalho, J. Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea por...*, Coimbra, 1868; *O Cinimbricense*, 1885, n.º 3912.

Insurreições e Revoltas em Portugal

Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, cit.

1835-1840

Desordens feitas pela República do Carmo — Desde 1837 que havia grande insubordinação na Universidade. Os seus estudantes eram autores de actos violentos. Um grupo que se tornou conhecido pela preversidade foi a República do Carmo, que residia no Colégio do Carmo à Rua da Sofia. Além de espancamento nas pessoas dos habitantes da cidade, os estudantes também ameaçavam os lentes e em particular o Vice-Reitor, Luís Manuel Soares que não satisfazia algumas das suas exigências. De tal maneira os ataques eram violentos que o Vice-Reitor em Janeiro e em Julho de 1839 mandou riscar da Universidade alguns estudantes «turbulentos, discolos e ociosos» que na sua maior parte pertenciam à dita República do Carmo. Foram anos em que a Academia andou de tal modo insubordinada que os habitantes de Coimbra nem se atreviam a sair à rua de noite sob pena de serem espancados. Em Dezembro de 1838 chegou a ser assassinado o Dr. Serafim Cardoso da Silveira.

Bibliografia:

Braga, Teófilo — *História da Universidade...*, cit. *O Conimbricense*, 1884, n.º 3883; 1896, n.º 5079.

1844-1846

Conflito de estudantes — Corroborando o movimento geral de revolta em 1844 estão alguns estudantes que se reúnem em casa dos académicos de nome Albuquerque, para planearem as assuadas à tropa e algumas acções tumultuárias. Para evitar a revolta, o governador civil José Joaquim Lopes de Lima toma algumas providências. Assim são riscados alguns estudantes em Fevereiro de 1844; em Março são expulsos 26. Lopes de Lima, que chegou a ser preso pelos estudantes, julgava assim travar o movimento revolucionário, o que não aconteceu porque ele veio de facto a eclodir a 7 de Março embora não se tenha concluído por haver alguma desorientação na sua condução. A 8 de Março cerca de 16 estudantes são riscados e estiveram ausentes da Universidade até 1846, data em que tendo triunfado a revolução popular do Minho e do país contra o governo cabralista foram readmitidos graças à amnistia geral que foi decretada na altura e que atingiu todos aqueles que tinham participado no movimento revolucionário que se iniciara em Fevereiro de 44 em T. Novas.

Refira-se ainda que a Academia tomou parte activa no movimento nacional de 1846 e depois na resistência à *Emboscada* (ver também *Batalhões Académicos*).

Bibliografia:

Braga, Teófilo — *Historia da Universidade...*, cit. *O Conimbricense*, 1884, n.os 3814 a 3818 e 3820 a 3829; 1896, n.º 5074.



(Página deixada propositadamente em branco)

CISMA RELIGIOSO

Outro tipo de perturbações que ocorreram na sociedade portuguesa da 1.^a metade do século XIX é constituído por movimentos de polémica e de conflito que resultam do relacionamento entre a Igreja e o Estado liberal agravado na década de 30. De facto, a Igreja, sobretudo o alto clero, não assistiu pacificamente à formulação e aplicação da legislação liberal no sentido secularizante decretada a partir de 1832 (Mouzinho da Silveira e a abolição dos dizimos eclesiásticos) e mais acentuadamente em 1834, com a extinção e expropriação das ordens religiosas e integração do património nos bens nacionais (Joaquim Antonio de Aguiar, o «mata-frades»).

Desde 1820 que o clero (a sua maior parte) vem contrariando o processo liberal: do púlpito são lançadas as maiores verrinas ao liberalismo em escritos (sobretudo nas pastorais) quer em acções de liderança de movimentos de revolta (por exemplo, nas guerrilhas).

Assim não admira que uma grande parte da Igreja viesse a ter-reiro defender D. Miguel e os seus direitos. Claro que depois de Évora-Monte, em 1834, os miguelistas, e entre eles membros do clero, foram perseguidos; mas isso não significou que desaparecessem da cena política. E então que iniciam uma campanha de carácter diferente: não invocam já o nome e os direitos de D. Miguel mas sim o da religião santa do crucificado — campanha que se agravará com a interrupção das relações de Portugal com Roma — e imaginam um cisma religioso. Antes de 1835 não se pode falar em cisma se, como afirma Marques Gomes, «cisma se pode chamar à cisão que se deu na Igreja portuguesa depois de restaurado o governo constitucional e interrompidas as relações diplomáticas com a Santa Sé».

Com efeito, este corte ou cisma na Igreja portuguesa obedece mais a um imperativo de ordem política do que religiosa: foram os prelados nomeados por D. Miguel ou simplesmente seus partidários, que o proclamaram e acalentaram nas suas pastorais. Dois cismas ficaram particularmente gravados na história social portuguesa — o *dos Monacos* e o *da Granja do Tedo* (1840-1847) — por terem conseguido uma mobilização popular grande. (Não os descrevemos porque eles têm sido objectivamente tratados particularmente por, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira como se pode ver na bibliografia).

Bibliografia:

Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*, 4 vols.,
Porto, 1967.

Revoltas e Revoluções

- Alvares, José Marinho Afonso — *A parenética portuguesa e os principais acontecimentos políticos de 1820 a 1834*, dissert. de lic., Coimbra, 1966.
- Alves, Francisco Manuel — *Memórias ar che olo g ico-hist or icas do distrito de Bragança*, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança, 1909-1948.
- Azevedo, Joaquim — «Esboço de cronologia da história da Igreja em Portugal», *Estudos Contemporâneos*, n.º 0, Porto, 1979.
- Brasão, Eduardo — *Relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé. O Reconhecimento do Rei D. Miguel (1831)*, Lisboa, 1972.
- Correia, J. E. Horta — *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*, Coimbra, 1974.
- Costa, M. Gonçalves da — *Lutas liberais e miguelistas em Lamego*, Lamego, 1975.
- Cruz, Manuel Braga da — «As relações entre a Igreja e o Estado liberal — do cisma à Concordata (1832-1848)», in *O liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., *cit.*
- Ferreira, Cândida Florinda — *Talhinhas e as guerrilhas liberais...*, *cit.*
- Ferreira, José Augusto — *Memórias para a história de um cisma (1832-1842)*, Braga, 1917.
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo — «Formas de mobilização popular no liberalismo: o cisma dos moñacos e a questão dos enterros nas igrejas», in *O liberalismo na Península Ibérica...*, *cit.* (2.º vol.).
- Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo — «Mudança política, religião e cultura popular: o cisma da Granja do Tedo», *Ler História*, 2.º vol., *cit.*
- Gomes, J. A. Marques — *Luctas caseiras...*, *cit.*
- Gonçalves, Maria Gabriela Carmo — *O cisma da Granja do Tedo*, Viseu, 1964.
- Lima, J. A. Pires de — *O cisma da Granja do Tedo*, sep. do *Jornal do Médico*, Janeiro, 1945.
- Rodrigues, Manuel Augusto — «A hierarquia da Igreja e o liberalismo. O bispo de Coimbra, D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851) no contexto da sua época», in *O Liberalismo na Península Ibérica...*, 1.º vol., *cit.*
- Roque, João Lourenço e Santos, João Marinho — «A actuação da hierarquia eclesiástica albicastrense no curso da revolução liberal», *Biblos*, vol. LIV, 1977.
- Santos, Clemente José dos — *Documentos para a historia das Cortes Geraes...*, vol. 8, *cit.*
- Silva, António Martins de — «A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835 I. Aspectos introdutórios e gerais», *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, Coimbra, 1982.
- Soriano, S. José da Luz — *História da Guerra Civil...*, (3.ª época), *cit.*

LISTA ONOMÁSTICA

Abrilada (1824)
Archotadas (1827)
Batalhões (1808-1847)
Belenzada (1836)
Belfastada (1828)
Cerca do Porto e Guerra Civil (1832-33)
Cisma da Granja do Tedo (1840-47)
Cisma dos Monacos (1840-47)
Conflitos e desordens estudantis (1801-1846)
Conspiração de Alorna (1803)
Conspiração de Eivas (1823)
Conspiração de Gomes Freire (1817)
Conspiração das Hidras (1848)
Conspiração de Mafra (1805)
Conspiração do major Pimenta (1821)
Conspiração das Marnotas (1837)
Conspiração da Rua Formosa (1822)
Emboscada (1846)
Guerra das Laranjas (1801)
Guerra Peninsular (1808-1814)
Guerrilhas (1808-1846)
Invasões Francesas (1807-1810)
Levantamento Nacional (1808)
Martinhada (1820)
Massacre do Rossio ou Motins do Arsenal (1838)
Montaria (1847)
Motim em S. Miguel d'Acha (1822)
Motim do regimento de infantaria 10 (1822)
Motim do regimento de infantaria 24 (1822)
Motins de Campo de Ourique (1803)
Motins em Castelo Branco (1822)
Motins de S (Tbrcato) (1806)
Patuleia (1846-47)
Rebelião do Algarve e Alentejo (1826-27)
Regeneração (1851)
Revolta do Batalhão de Caçadores 26 (1842)
Revolta do Conde de Amarante (1823)
Revolta liberal ou Sedição do Porto (1828)
Revolta dos Marechais (1837)
Revolta militar de Castelo Branco (1840)

Revoltas e Revoluções

Revolta militar do Porto (1842)
Revolta militar de Torres Novas (1844)
Revolta dos Pinotes (1846)
Revolta da Maria da Fonte (1846)
Revolução de 1820 (1820)
Revolução de Setembro (1836)
Setembrizada (1810)
Sublevação do 2.º Regimento de infantaria (1831)
Tentativa de revolta da brigada real da Marinha (1829)
Tentativa de revolta da Guarda Real da Polícia (1826)
Tentativa de Sublevação em Lisboa (1831)
Tumultos em Lisboa (1840)
Tumultos miguelistas em Coimbra (1828)
Tumultos no país (1821)
Tumultos em Trás-os-Montes (1826)
Vilafrancada (1823)